

Luciana Alvarez de Oliveira

Os atos de fala na clínica psicanalítica

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica

Rio de Janeiro
Janeiro de 2004

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Luciana Alvarez de Oliveira

Os atos de fala na clínica psicanalítica

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para a obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª Ana Maria Rudge

**Rio de Janeiro
Janeiro de 2004**



Luciana Alvarez de Oliveira

Os atos de fala na clínica psicanalítica

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Ana Maria Rudge

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Octavio Almeida de Souza

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. André do Eirado Silva

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - UFF

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador setorial de Pós-Graduação

E Pesquisa do Centro de Teologia e

Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / / 2004.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Luciana Alvarez de Oliveira

Graduou-se em Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2001. Durante a graduação, foi bolsista de iniciação científica em uma pesquisa financiada pelo PIBIC/CNPq, onde iniciou seus estudos sobre clínica e pragmática. Participou e apresentou trabalhos em congressos na área da psicologia clínica. Atuou no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UFF no período de 1999 a 2001, trabalhando com atendimento clínico individual e de grupos terapêuticos. Atualmente é servidora da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, exercendo a função de psicóloga na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Ficha catalográfica

OLIVEIRA, Luciana Alvarez de

Os atos de fala na clínica psicanalítica/ Luciana Alvarez de Oliveira; orientadora: Ana Maria Rudge. – Rio de Janeiro: PUC; Departamento de Psicologia, 2004.

84p.

1.Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia

Inclui referências bibliográficas.

1.Psicologia – Teses. 2. Linguagem 3. Clínica Psicanalítica. 4 Atos de fala. 5. Pulsão. 6. Sentido 7. Mudança. I. Rudge, Ana Maria. II Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD:004

Agradecimentos

À Ana Maria Rudge, pela clareza com que transmite suas idéias, sempre atenta e interessada em nossas colocações, seus alunos, e pela agradável convivência durante esses dois anos;

Aos colegas do grupo de pesquisa, que participaram comigo do processo de construção deste trabalho;

Aos velhos amigos da graduação, especialmente a Roberto, pois sempre retornavam em minhas lembranças as discussões que permeavam nossa iniciação acadêmica;

A Paulinho, pela boa vontade com que ouvia minhas inquietações, pela atenção com que lia meus textos e por tudo mais;

A meus pais e meu irmão que mesmo estando longe estão sempre me apoiando;

À CAPES, pelo apoio financeiro que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

Resumo

OLIVEIRA, Luciana Alvarez; RUDGE, Ana Maria. **Os atos de fala na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro, 2003, 84p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Os atos de fala na clínica psicanalítica sintetizam a articulação empreendida no presente trabalho entre a vertente pragmática da filosofia da linguagem e a clínica psicanalítica, tendo como pano de fundo a obra freudiana. A teoria austiniana dos atos de fala se contrapõe a toda a filosofia da linguagem que a precedeu, ao afirmar que a linguagem não tem apenas uma função de representação do mundo ou do pensamento, tampouco de descrição ou relato de fatos. Falar é uma forma de agir no mundo e, como toda ação, produz efeitos, mudanças e transformações. Na clínica psicanalítica encontramos um reduto onde se pode perceber na prática e de forma clara esta característica da linguagem humana: nela a fala assume todo seu poder de ato, sendo o modo pelo qual as mudanças se produzem.

Palavras-Chave

Linguagem; clínica psicanalítica; atos de fala; pulsão; sentido; mudança.

Abstract

OLIVEIRA, Luciana Alvarez; RUDGE, Ana Maria. The speech acts on psychoanalytic clinic. Rio de Janeiro, 2003, 84p. Masters Degree Dissertation –Psychology Department – Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

With the speech acts in psychoanalytic clinic we summarize our link between the pragmatic point of view on language studies and psychoanalytic clinic, where we use Sigmund Freud's work as background. The Austin's theory of speech acts oppose the whole language philosophy which preceded him, saying that the language's function is not just to represent the world, the thoughts, or to describe facts. To speak is a way to act in the world, and as all acts it has effects, and starts transformations and changes. We can see clearly within psychoanalytic clinic this feature of human language, where the speech take all it's act power, being the way by which changes is made.

Key Words

Speech acts; language; psychoanalytical clinic; speech acts; instinct; changes.

Sumário

1. Introdução	9
2. Linguagem e Psicanálise.....	10
2.1 A ascensão da linguagem em filosofia	10
2.2 A pragmática de John Langshaw Austin	15
2.2.1 Reformulação da teoria	18
2.3 Redefinindo a linguagem.....	22
2.3.1 Fusão do sujeito com a linguagem.....	22
2.3.2 A questão da referência	23
2.3.3 O lugar da intenção	23
2.4 Interlocuções entre Austin e a psicanálise	25
2.4.1 Pulsão e Linguagem.....	25
3. O papel da linguagem em diferentes momentos do percurso freudiano ...	27
3.1 Momento pré-psicanalítico	27
3.2 A parceria Breuer – Freud: em busca do trauma	31
3.3 O auge da hipótese da sedução.....	33
3.4 Lembranças Encobridoras: a meio caminho entre o realismo e a fantasia.....	36
3.5 O marco de 1900.....	39
4. Uma possível distinção entre ato e ação - delimitação da noção de ato em psicanálise.....	43
4.1 O discurso do analisando como ato de fala.....	47
4.1.1 Ato falho: a palavra em ação.....	47
4.1.2 Fala perversa: uma fala em ato por excelência.....	56
5. Sobre os atos de fala do analista	60
5.1 Interpretação dos Sonhos: a base da técnica de interpretação em psicanálise.....	61
5.2 A configuração do contexto analítico.....	65
5.3 Interpretações e Construções em Análise.....	68
5.4 A interpretação como perspectiva de mudança	70
5.5 A interpretação como um ato de fala.....	74
6. Considerações Finais.....	81
7. Referências Bibliográficas	82

Introdução

Uma característica que salta aos olhos de quem ingressa no campo da clínica é o poder que as palavras adquirem quando proferidas no chamado *setting* analítico. É de causar surpresa quando percebemos os efeitos que são produzidos por alguma intervenção feita pelo analista ou até mesmo pelas próprias associações do analisando. Ao pensar sobre isto, surgem as seguintes indagações: que fator é este que faz com que as palavras ditas na clínica assumam um caráter tão especial se comparado às demais situações da vida das pessoas? Em outras palavras, qual a especificidade da relação que se estabelece na clínica que a diferencia das demais relações cotidianas? Essas são algumas das questões que a experiência clínica nos suscita.

O feliz encontro com os estudos da linguagem nos causou grande contentamento. Através desse campo de estudos nos deparamos com novas formas de conceber a linguagem e entrar em contato com um pensamento inovador, que até então desconhecíamos. Ingressamos, assim, na teoria dos atos de fala desenvolvida pelo filósofo J.L. Austin, segundo a qual a linguagem não tem apenas a função de representar o mundo ou o pensamento, como defendia a teoria clássica da linguagem, mas é forma uma de ação.

A partir daí, articular a especificidade da fala em jogo na clínica com a teoria austiniana foi um ato quase espontâneo. Esta concepção de linguagem parecia responder às inquietações que a clínica suscitava. Ao postular que as palavras são atos e através delas transformações são produzidas, que o sentido das palavras não são fixos, mas sempre relativos ao contexto em que são proferidas e ao momento de enunciação, que os atos ilocucionários (um dos aspectos dos atos de fala como veremos adiante) não são frutos de uma determinação ou propósito consciente, mas muitas vezes nos escapam, faziam desta teoria um campo fecundo de possibilidades de articulação com a psicanálise.

Nesta dissertação nos propomos desenvolver essas questões. Não temos a pretensão de esgotar o assunto, já que são inúmeras as vias que podem ser exploradas e aprofundadas. Buscaremos focar o estatuto da linguagem – mais precisamente da fala – na clínica psicanalítica, tendo como pano de fundo a obra freudiana. Desde o início, o que nos motivou a investir nesta temática foi

perceber algumas ressonâncias entre Austin e Freud na forma de conceber a linguagem, apesar destes pertencerem a campos teóricos distintos e a épocas diferentes.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro, apresentaremos um panorama da filosofia da linguagem, para em seguida nos determos na pragmática de J.L. Austin. Acompanharemos o percurso de sua teoria que partiu de uma diferenciação inicial entre enunciados constataivos e performativos, culminando posteriormente num transbordamento da performatividade por toda a linguagem. Após esta exposição, ressaltaremos a originalidade de sua tese e as profundas transformações que ela produz no tratamento da linguagem. Tentaremos mostrar que essas transformações fazem da teoria dos atos de fala uma teoria privilegiada para se pensar a linguagem em psicanálise.

No segundo capítulo, procederemos a uma análise da concepção de linguagem que podemos depreender de Freud, em diferentes momentos de seu percurso, nos apropriando, para isso, de conceitos pertencentes à teoria austiniana. Faremos uma passagem pela fase da hipnose, da teoria da sedução e abandono da mesma, dentre outros, até chegarmos ao texto de 1900, *A Interpretação dos Sonhos*, no qual a linguagem passa a ter papel preponderante na emergência do sentido. Nosso interesse é enfatizar justamente os momentos em que a fala adquire um cunho performativo, e de como isto está diretamente correlacionado à prática clínica de Freud.

O terceiro capítulo tem como objetivo delimitar com maior rigor a noção de ato que está em jogo em psicanálise para, em seguida, iniciarmos uma incursão pela experiência clínica, através de uma apreciação do discurso do analisando. Faremos uma leitura dos atos falhos tendo como base o texto freudiano *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, e também do discurso em jogo na perversão a partir de uma perspectiva pragmática da linguagem.

O último capítulo é dedicado aos atos de fala do analista, dando maior atenção ao conceito de interpretação e à configuração do contexto analítico, tendo como interesse enunciar as intervenções do analista – suas interpretações e construções – como atos de fala, ressaltando as mudanças e transformações que são capazes de produzir.

2

Linguagem e Psicanálise

...a partir do surgimento da linguagem, todos os objetos do mundo passaram a ser significativos. Ao ser através do qual a palavra fez sua emergência – e que foi por ela constituído – chamamos *homem*. A palavra não fez sua emergência no homem; o homem é um efeito dessa emergência. (Garcia-Roza, 1990, p.16)

Neste primeiro capítulo, apresentaremos um panorama da filosofia da linguagem, dando ênfase à pragmática de J.L. Austin, nosso principal interlocutor deste campo de estudos. Logo a seguir, faremos uma breve explanação a respeito da articulação empreendida sob o eixo de pensamento – Austin e psicanálise – com o intuito de ambientar o leitor na discussão que se travará ao longo da dissertação.

2.1

A ascensão da linguagem em filosofia

A valorização da linguagem ganha força na filosofia contemporânea. Esta, por sua vez, pode ser vista como resultado da crise do pensamento moderno, ocorrida no século XIX. O ponto central desta crise recaiu sobre o problemático solipsismo que o projeto moderno fatalmente conduzia. Sucintamente, podemos dizer que o pensamento filosófico moderno se caracterizava pela tentativa de colocar o sujeito pensante como fundamento de toda e qualquer possibilidade de conhecimento, seja de uma perspectiva racionalista ou empirista. As primeiras reações a esse pensamento podem ser encontradas em Hegel (que mostra a importância do processo histórico na formação da consciência) e em Marx (que questiona seus pressupostos idealistas). (Marcondes, 2001)

É justamente através da questão do solipsismo que será feita a ponte para a linguagem. Retomando rapidamente a filosofia cartesiana, podemos nos lembrar que o enorme peso dado à existência do pensamento como única realidade que não se podia duvidar, criou um engodo para sua própria teoria: se seu objetivo era fundamentar a ciência, como superar esse idealismo? Toda a filosofia moderna se esforçou para dar conta deste problema, mas não gerou

muita satisfação. Calcar a possibilidade de conhecimento numa consciência individual, considerada em si mesma, deixa em aberto a explicação da relação entre esta consciência e o mundo. Se o conhecimento é subjetivo como garantir sua autenticidade? Como saber se as conclusões alcançadas por mim serão iguais às de outras pessoas?

A linguagem surge, assim, como uma possível solução para estas questões. Ela se constitui como alternativa de explicação de nossa relação com o mundo, com a realidade, sendo uma relação de significação. (Marcondes, 2001). Em fins do século XIX e início do século XX, o tema da linguagem surge como ponto central de diversas correntes teóricas, não apenas em filosofia, embora receba em cada uma diferentes formas de tratamento. Dentre estas correntes queremos destacar o *estruturalismo* lingüístico de Ferdinand Saussure, que posteriormente veio a influenciar outras áreas de saber como a antropologia, a história e a psicanálise; e também a *filosofia analítica da linguagem*, desenvolvida por Ludwig Wittgenstein (nos referimos aqui à primeira fase de sua obra, representada por seu *Tractatus Logico-philosophicus*).

Todas essas correntes, de uma maneira ou de outra, tentam romper com a concepção *tradicional* ou *clássica* da linguagem, para a qual a língua tem como função o esforço de representar algo que se encontra na forma de um pensamento, sendo, portanto, um ato puramente mental e subjetivo. Aqui, a linguagem é pensada como o meio de expressão dos pensamentos, que podem se formar sem ela, e de representação de uma realidade, que a ela preexiste. Admite-se sua função comunicativa e de meio de estabelecimento de relações sociais, mas esta função é pensada como secundária. Trata-se de uma concepção subjetivista e individualista da linguagem. (Almeida, 1986)

Dada sua relevância aos estudos da linguagem, gostaríamos de nos remeter brevemente à lingüística estrutural de Saussure. Ela é marcada por uma série de dicotomias, sendo a primeira e mais fundamental a dicotomia entre língua e fala. Para Saussure, o objeto primordial da lingüística é a língua: ela comporta o aspecto social, coletivo e essencial da linguagem, já que se apresenta como um sistema de signos inerente a todo ser humano e que predetermina tudo o que venha a ser dito por alguém. Aquilo que é dito, ou seja, a fala é apenas uma manifestação individual e acidental deste sistema, não podendo ser confundida com a língua. Após o advento do estruturalismo de Saussure, tornou-se comum,

como nos diz Ducrot (1977), a declaração de que a principal atribuição da língua seria a comunicação. A língua seria uma espécie de código (sistema de signos) que possibilitaria a transmissão de informações, sendo esta sua principal função. Assim, a grande novidade é que o destinatário da comunicação, ou seja, do ato de fala, passa a fazer parte do jogo lingüístico. No entanto, o ouvinte entra em cena apenas de forma passiva. Falante e ouvinte fazem parte de um circuito fechado, sendo a comunicação possível pelo fato de ambos fazerem parte do mesmo código. Saussure esforça-se por manter a lingüística como uma ciência da língua, descartando o que é contingente e restringindo-se metodologicamente ao que é normativo, desta forma tratando objetivamente a língua e abstraindo-se assim “tanto da história quanto dos sujeitos que falam”. (Rudge, 1998, p.91)

Um caminho diferente foi traçado pela *filosofia analítica da linguagem* na tentativa de superar o subjetivismo tão pregnante até o início do século XX. Num artigo sobre a filosofia da linguagem, Marcondes (1986), ao expor o pensamento de M. Dummett a respeito da passagem da filosofia clássica para a moderna e desta para a filosofia da linguagem, nos auxilia a clarificar estes movimentos. Segundo Dummett, a filosofia analítica é inaugurada por Frege, e seu surgimento representa uma ruptura com a tradição filosófica moderna:

Assim como para a tradição clássica a metafísica, em especial a *ontologia* era considerada como *filosofia primeira*; sendo o ponto de partida, o centro do sistema filosófico a questão sobre o ser, o real; a filosofia moderna que se inicia com Descartes, passará a ter como ponto de partida a *epistemologia*. A questão sobre o *conhecimento*, sua possibilidade, sua justificação, seu fundamento, precede portanto qualquer outra na constituição do projeto filosófico. Frege, por sua vez, colocará a questão sobre a *linguagem*, mais especificamente a questão sobre o *significado*, no centro das preocupações do filósofo. Antes de resolver a questão sobre o ser, o real; é preciso resolver a questão sobre como podemos falar sobre o real, como podemos dizer algo sobre o real que tenha significado, que seja verdadeiro e que possa ser compreendido. (...) Esta ruptura, segundo Dummett, caracteriza a passagem da *filosofia da consciência* para a *filosofia da linguagem* e equivale à possibilidade de superação do subjetivismo, do psicologismo, do solipsismo. (Marcondes, 1986, p.75 - grifos no original)

A filosofia da linguagem do século vinte caracteriza-se, portanto, por um privilégio da noção de significado, mas isto não se deu de modo unívoco. Podemos dizer que houve uma dupla abordagem no que diz respeito a esta noção: uma, entende que o veículo do significado seja uma *expressão* lingüística, isto é, concebe o fenômeno do significado sob a forma de relações que se dão entre a linguagem e o mundo, a partir de linguagens formalizadas; em contrapartida, uma

outra abordagem entende que a pesquisa do significado deve ser desenvolvida no contexto da linguagem corrente. O que há de comum é a idéia de que as questões filosóficas podem ser clarificadas através de um estudo da linguagem. (Alcoforado; Landim, 1986) Vejamos mais de perto estas duas vertentes.

A primeira vertente propõe que os problemas filosóficos devem ser estudados e tratados através da análise lógica da linguagem, posição também compartilhada pelo chamado *positivismo lógico*. A língua é entendida não no sentido de um idioma, mas como uma estrutura lógica subjacente a toda forma de representação: lingüísticas e mentais. (Marcondes, 2001). Assim, um juízo em relação a algo passa a ser interpretado não como um ato mental, subjetivo, mas como dotado de forma lógica; seu significado e veracidade podem ser analisados verificando-se a relação que ele estabelece com a realidade que representa, já que haveria um isomorfismo entre eles. Podemos dizer então que haveria uma correspondência entre linguagem e realidade, e que esta correspondência determinaria se um juízo é verdadeiro ou falso.

Por volta de 1940, começa a ganhar força uma outra vertente da filosofia analítica que foi denominada *filosofia da linguagem ordinária*. Ela foi desenvolvida principalmente na Inglaterra, pela chamada escola de Oxford, inicialmente por Gilbert Ryle (1900-76) e J.L. Austin (1911-60). (Marcondes, 2001). Sua principal diferença em relação à análise lógica da linguagem é a valorização dada ao aspecto comunicacional, mas não apenas no sentido restrito de informar. Estes teóricos reconhecem na língua inúmeras outras funções que ultrapassam o simples caráter de transmissão de informações que nas palavras de Ducrot são “funções que ela preenche, tornando possíveis atos que lhe são específicos – e que não tem nenhum caráter natural – como os de interrogar, ordenar, prometer, permitir...etc.” (Ducrot, 1977, p.12). Ao invés de se deter numa análise da língua, a filosofia da linguagem ordinária interessa-se primordialmente pela fala, ou seja, pelo uso da linguagem entre os falantes. Marcondes resume de forma bastante clara:

Trata-se basicamente de uma visão filosófica segundo a qual o estudo da linguagem deve ser realizado em uma perspectiva pragmática, ou seja, enquanto prática social concreta, examinando portanto a constituição do significado lingüístico a partir da interação entre falante e ouvinte, do contexto de uso, dos elementos sócio-culturais pressupostos pelo uso, e dos objetivos, efeitos e conseqüências desses usos. (Marcondes, 2000, p.40)

Nesta vertente não faz sentido falar de verdade enquanto correspondência com a realidade, já que tanto a noção de verdade como de realidade perdem seu caráter absoluto, devendo ser contextualizadas e não podendo ser vistas como independentes da linguagem em que são formuladas. Assim, a idéia de significado ganha nova conotação: para saber o significado de uma palavra é preciso analisar como ela está sendo empregada na fala cotidiana. Mais conhecida como *pragmática*, esta vertente apresentou uma grande novidade nos estudos da linguagem. Ela passou a considerar como signo a enunciação e não o enunciado. Até então se separava o sentido semântico do sentido pragmático, sendo o primeiro, de direito, enquanto o segundo, um sentido que lhe foi acrescentado pelo fato de sua enunciação. A semântica examina os signos lingüísticos em sua relação com os objetos que designam, ou seja, seu referente. O sentido de um enunciado era definido a partir de seu conteúdo representativo, de tal forma que o sentido deveria estar estreitamente ligado às condições de verdade/falsidade dos enunciados. Já a pragmática preocupa-se com a utilização dos enunciados pelos sujeitos falantes. A diferença entre o sentido pragmático e o sentido semântico é que o primeiro é para alguém em uma dada situação, enquanto que o segundo deve valer para todos em qualquer situação. Só haveria regra para a determinação do sentido semântico. O sentido pragmático dependeria do que o enunciado evoca em cada um dos interlocutores em uma dada situação de enunciação.

No entanto, o sentido pragmático não é tão arbitrário como pode vir a parecer. Ele apenas deve ser concebido vinculado aos contextos em que são formulados. Como diz Marcondes: “A consideração do uso envolve portanto a determinação das regras e condições de uso que caracterizam os contextos específicos em que o significado se constitui” (2000, p.42). Portanto, o significado de um ato de fala não pode ser desvinculado do contexto no qual foi produzido, o que nos fornece dados para pensar sobre a especificidade da fala numa situação clínica.

2.2

A pragmática de John Langshaw Austin

A teoria dos atos de fala desenvolvida por Austin nos parece ser uma via bastante promissora para se pensar o estatuto da linguagem em psicanálise. Acompanhando seus pormenores, perceberemos pontos de contato entre ambas. Nossa intenção, não é de modo algum defender a idéia simplista de que “elas falam a mesma coisa de maneiras diferentes”, mas sim mostrar como os conceitos da teoria austiniana funcionam como operadores privilegiados de uma possível leitura da psicanálise. Vale lembrar que quando nos referimos à psicanálise estamos falando especialmente da obra freudiana, na qual nossos estudos estão calcados. Outra ressalva que deve ser feita é que não queremos impor a pragmática à psicanálise, mas perceber, no texto freudiano, momentos em que este adota uma postura sobre a linguagem que hoje em dia pode ser considerada pragmática.

Passemos às idéias de Austin. As principais características de sua teoria são: interesse pelo uso cotidiano da linguagem; ênfase no caráter contratual ou de compromisso que o ato de fala instaura entre os falantes, que pode ser evidenciado numa expressão utilizada por ele “nossa palavra é nosso penhor” (Austin, 1990, p.27); a importância do contexto na produção de um ato de fala; a concepção da linguagem como ato; a transposição do critério de verdade/falsidade de um enunciado para o de felicidade/infelicidade do mesmo.

Sua “doutrina” dos atos de fala, pode ser encontrada em seu livro *How to Do Things with Words*, traduzido para o português como *Quando dizer é fazer* (1990), que na verdade é formado pela transcrição de uma série de conferências e aulas dadas pelo autor. Neste livro, a descrição proposta por ele dos atos de fala levanta uma questão anteriormente não trabalhada nos estudos de linguagem. Investigando os enunciados ele observa que existem enunciados que não são descritivos, nem relatam, nem constatarem algo. Propõe então uma distinção entre enunciados constatarem que seriam estes que descrevem fatos e outros que nada descrevem, relatam ou constatarem, os quais denominou performativos. Estes são pragmáticos, fazem coisas. Para ser um performativo o enunciado deve, ao ser proferido, realizar a ação enunciada. Um exemplo que se tornou uma espécie de paradigma do performativo é o ato de prometer. Dizer “eu prometo” é realizar a

ação de prometer, o que é totalmente distinto de dizer “eu corro” (neste caso trata-se de uma descrição). Da mesma forma, “eu te condeno”, “eu te parablenizo”, “eu declaro”, são enunciados performativos. (Austin, 1990). Nestes enunciados, o critério de análise quanto à verdade ou falsidade torna-se sem sentido, já que eles não mantêm nenhuma relação de adequação a fatos ou dados (característica do constativo).

Segundo Marcondes (1986), assim como a filosofia da linguagem representou uma ruptura com a filosofia da consciência, uma teoria da fala como ato (projeto de Austin) representa uma ruptura com a teoria do significado. Isto não significa um abandono do significado, mas uma mudança de perspectiva em relação a ele: o significado deve ser considerado a partir do conceito de ação.

A partir do momento que a fala é entendida como ato, o que passa a importar é a eficácia da enunciação, daí a adoção do critério de enunciados felizes ou infelizes. Mas o que seria um enunciado feliz? O autor postula algumas condições de felicidade para os enunciados. Um bloco dessas condições se refere ao contexto, às circunstâncias sociais que devem ser apropriadas. Ele diz que deve existir um “procedimento convencionalmente aceito” (Austin, 1990, p.31) para que o performativo seja feliz. A transgressão ou ausência destas condições resultará em *desacertos*. Um outro bloco liga-se mais à própria execução do enunciado, na qual os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada. Estas condições levam em conta as circunstâncias subjetivas e caso não sejam cumpridas resultarão em *abusos*.

Os desacertos e os abusos são, portanto, casos de infelicidades. Quando ocorrem desacertos, o ato de fala é nulo; por exemplo, se o interlocutor a quem o performativo se dirige não entende corretamente o que foi dito. No caso dos abusos, os atos não são anulados, embora sejam atos *vazios*. Isto ocorre quando os sentimentos, pensamentos ou intenções de quem está falando são opostos ou apenas diferentes daquilo que está dizendo, por exemplo, quando alguém promete sem a intenção de cumprir. Ao definir este último tipo de infelicidade fica bem clara a concepção de Austin da palavra como penhor, isto é, do caráter contratual dos atos de fala.

Feita desta forma, a definição de um enunciado performativo poderia ser interpretada de duas formas. Na primeira, a ação deslanchada pelo enunciado pode ser tida como consequência da significação do que foi dito. Na segunda, seu valor

de ação é constitutivo de seu sentido, e seu emprego é a própria realização da ação. A segunda solução, certamente, é a adotada por Austin, mas como determinar se um enunciado é performativo? Justamente quando tenta responder esta questão, examinando possíveis critérios que garantissem a distinção entre constataivos e performativos, ele vai sendo levado a dar um novo tratamento ao problema. Vejamos, os percalços que o autor vai enfrentando ao tentar sustentar esta distinção.

Considerar que os constataivos são verdadeiros ou falsos, enquanto os performativos são felizes ou infelizes, por si só, não seria suficiente, já que pode haver contaminações entre ambos. Acompanhemos o raciocínio do próprio autor:

Se o proferimento performativo ‘Peço desculpas’ é feliz, então a declaração de que estou pedindo desculpas é verdadeira (...) Se certos tipos de proferimentos performativos, por exemplo, os contratuais, são felizes, então são verdadeiras as declarações que afirmam que devo ou não devo fazer algo subsequente. (Austin, 1990, p.57)

A partir disso, ele busca encontrar algum critério gramatical mais preciso para assegurar esta definição. Neste primeiro momento de sua teoria observamos que o autor “oscila entre uma posição que consiste em definir a linguagem a partir das regras do ato e outra que tenta definir o ato segundo as regras da linguagem”. (Preu, 2001, p.17), inclinando-se aqui para a segunda.

Uma possibilidade que o autor levanta de um critério lingüístico para caracterizar os performativos, é que, segundo sua observação, a maioria dos performativos clássicos são proferidos na *primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa*, aos quais ele chama performativos explícitos (por exemplo, “eu prometo que estarei lá”). Mas nem todos se apresentam desta forma; existem também os performativos primários (como, “estarei lá”). Partindo daí, Austin supõe que todo proferimento que seja de fato um performativo, deve ser capaz de ser reduzido ou expandido a esta forma explícita. Mas logo aparecem as dificuldades. Como saber com que verbos isto pode ser feito?

Austin chega assim a outra tentativa de sustentar tal distinção utilizando critérios lingüísticos, propondo que os verbos performativos apresentam uma *assimetria* entre a primeira pessoa e as demais, o que não acontece com outros verbos. A forma explícita do verbo performativo é a primeira pessoa do singular

do presente do indicativo, na voz ativa. No entanto, não é qualquer verbo que, posto nessa forma gramatical, transforma-se em um proferimento performativo, mas apenas aqueles verbos que exibem esta assimetria, como por exemplo, o verbo prometer. Há uma diferença essencial entre dizer “prometo que”, e “ele promete que”; no primeiro caso estamos efetivamente realizando o ato de prometer, no segundo estamos apenas fazendo um relato. Já o verbo “fazer” não exhibe esta assimetria, pois em qualquer pessoa que for empregado - “eu faço filmes” ou “ele faz filmes” - trata-se sempre de um relato. (Almeida, 1986)

Apesar deste último ser o critério que mais se aproximaria de uma solução, também apresenta problemas; seria preciso, por exemplo, listar todos os verbos que assumem esta peculiaridade, tarefa cuja dificuldade é evidente. Austin, finalmente, admite:

Destacamos o fato de que certamente não há nenhum critério absoluto deste tipo; e de que muito provavelmente não seria viável sequer fazer uma lista de todos os critérios possíveis. Além disso, tais critérios não serviriam para distinguir os performativos dos constatativos, uma vez que é muito comum que a *mesma* sentença seja usada, em diferentes ocasiões de proferimento, das duas formas, como performativo ou como constatativo. O problema parece sem solução se deixarmos os proferimentos *tal como estão* e continuarmos a buscar um critério. (Austin, 1990, p.66 – grifos no original)

2.2.1

Reformulação da teoria

Após descartar todos estes critérios, Austin reformula sua teoria. A marca desta reformulação é o transbordamento do fenômeno da performatividade sobre toda linguagem. Isto porque ele percebe que mesmo se tratando de um enunciado constatativo, há um valor de ação implícito no enunciado. Utilizando um exemplo do próprio autor vemos que no constatativo “o gato está no capacho”, está implícito o performativo “eu afirmo que o gato está no capacho”. Este exemplo mostra como o enunciado sempre ultrapassa suas características descritivas e de adequação aos fatos, constituindo-se em um ato de fala.

Desta maneira, praticamente todo proferimento passa a ser entendido como ato de fala, e Austin elabora então uma classificação de diferentes aspectos dos atos de fala, buscando definir o que cada um deles realiza. São eles: os aspectos

locucionários, perlocucionários e ilocucionários. Todo ato de fala é um complexo destas três dimensões; a separação, portanto, não é excludente.

O ato locucionário foi o termo utilizado por Austin para designar o ato *de* dizer algo que inclui a atividade psicofisiológica que a fala exige, o uso de certas palavras pertencentes a um código e com um determinado sentido. Este ato seria então condição para toda e qualquer fala. Perlocucionário é aquele ato do qual a fala é o instrumento, comporta tudo aquilo que se faz *por meio* da fala; é o ato de produzir certos efeitos ou conseqüências sobre os sentimentos, pensamentos ou ações das pessoas. São atos perlocucionários: convencer, persuadir, alegrar, etc. Já os atos ilocucionários são realizados *ao* dizer algo. Quando dizemos algo, de que maneira a locução está sendo utilizada? Ela tem a força de uma pergunta, de uma ordem ou de uma crítica? Austin vai chamar esta força presente nos atos de fala de “ilocucionária”, marcando bem sua distinção quanto ao significado do enunciado (pertencente à dimensão locucionária). É ela que determina como a frase deve ser compreendida. Estes tipos de atos ilocucionários não são nem condição para fala, nem efeito da mesma; são atos realizados na fala. Eles não se referem às conseqüências da locução (ato perlocucionário), mas sim “às convenções de força ilocucionária relacionadas com as circunstâncias especiais da ocasião em que o proferimento é emitido”. (Austin, 1990, p.99). Exemplos de atos ilocucionários são prometer, ordenar, perguntar, aconselhar, etc.

Para simplificar: sempre que algo é dito (ato locucionário), é dito de uma determinada maneira (força ilocucionária) e produz certos efeitos no interlocutor (efeito perlocucionário). Talvez a distinção entre o ilocucionário e perlocucionário seja a mais difícil de precisar, mas é essencial que ela fique clara. Em um artigo de Almeida encontramos a seguinte definição:

Os atos perlocucionários consistem na obtenção de um determinado efeito no interlocutor através da execução de um ato locucionário ou ilocucionário, não em virtude de uma convenção que estabeleça uma equivalência (dizer X equivale a fazer Y), mas em virtude de uma conseqüência natural, ou causal (dizer X para fazer com que Y). (...) a relação entre o meio lingüístico utilizado e o efeito perlocucionário visado é uma relação de meio e fim, portanto uma relação instrumental que depende de um nexos causal. (Almeida, 1986, p.24)

A nosso ver, esta definição é bastante esclarecedora, mas deixa de levar em conta um ponto fundamental que gostaríamos de acrescentar: o efeito visado pode não ser alcançado ou gerar outros em seu lugar, pois dependem das

condições subjetivas do ouvinte. Por este motivo, o efeito perlocucionário não é convencional.

Já o ato ilocucionário, definido como a “força” do que é dito, é estritamente ligado às convenções, na medida em que a força ilocucionária de um proferimento depende da existência de uma convenção que estipule que dizer determinadas palavras, em um determinado contexto, tem a força de realizar determinado ato (por exemplo, dizer “aceito” durante uma negociação, tem a força de um comprometimento). Portanto, é o aspecto ilocucionário do ato de fala que vai comportar a dimensão performativa da linguagem, sendo o ato privilegiado por Austin.

Ao realizar uma enunciação (locução), o locutor realiza também um ato ilocucionário onde são determinados, para ele e para seu interlocutor, papéis que são relativos ao ato produzido. Esses atos são governados por regras que modificam o status da relação entre os interlocutores. Isto aponta para a dimensão contratual dos atos de fala. Por exemplo, ao fazermos uma promessa a alguém, assumimos imediatamente uma posição de devedores e damos ao outro o direito de nos cobrar por isso. Essa transformação não é tida como um mero estado psíquico que se ligou acidentalmente à enunciação, ela é inerente ao próprio ato de prometer. Isto porque o ato ilocucionário está relacionado com a produção de certos efeitos, não no sentido tradicional de causa-efeito, mas como esclarece Austin,

(...) o sentido em que o dizer algo produz efeitos sobre outras pessoas, ou *causa* algo, é um sentido fundamentalmente distinto de ‘causa’ daquele que é usado na causação física por pressão, etc. Tem que operar através das convenções da linguagem e é uma questão de influência exercida por uma pessoa sobre outra. (Austin, 1990, p.98 –grifos no original)

Entendido o sentido dado por Austin ao ato ilocucionário, podemos apresentar seus efeitos: sua realização envolve *assegurar sua apreensão (uptake)*, ou seja, tornar compreensível o significado e a força da locução; *ter um resultado e demandar respostas*. (Austin, 1990). O ouvinte assume aqui, um papel ativo sendo também responsável pela felicidade do ato de fala, já que tem a função de compreender tanto o conteúdo do ato (sentido literal) quanto sua força. Ter um resultado significa que a partir de sua realização alguma mudança terá sido instaurada, por exemplo, “Eu vos declaro marido e mulher”, dito por um padre

numa cerimônia de casamento, tem o efeito de transformar os noivos em marido e mulher. O efeito de demandar respostas está estreitamente ligado ao fato de serem atos convencionais, fazendo com que sua realização estabeleça ou transforme uma relação com outra pessoa, como vimos no caso da promessa. Nas palavras do próprio Austin: “a frase me liga por um contrato e me compromete a fazer alguma coisa”.¹ (Ottoni, 1998, p.144)

Neste momento, a teoria dos atos de fala assume sua versão mais forte e, a nosso ver, ela já apresentaria grandes méritos por redimensionar a visão que se tinha da linguagem até então. No entanto, Austin, apesar de ter como marca uma postura livre, descompromissada, e, por vezes, bem humorada de expressar suas idéias, ainda dá mais um passo, talvez numa tentativa de dar um maior rigor à sua teoria. Ele propõe então, ainda que de maneira imprecisa (como diz o próprio autor), uma distinção entre “famílias” de atos de fala, classificados em função de sua força ilocucionária, que resumidamente, são (Austin, 1990):

- Vereditivos: consistem em emitir um veredito, um julgamento, seja oficial ou não-oficial, sobre evidências ou razões relativas ao valor ou a um fato. Exemplos: inocentar, calcular, descrever, analisar, estimar, hierarquizar, avaliar etc.
- Exercitivos: consistem no exercício de poderes, direitos ou influências; são tomadas de decisões favoráveis ou contrárias a uma certa linha de ação ou formas de advogá-la. Exemplos: ordenar, mandar, instruir, pleitear etc.
 - Comissivos: têm o propósito de “comprometer quem o usa com uma determinada linha de ação”. (p.127) Exemplos: prometer, jurar, aderir, garantir etc.
 - Comportamentais: esta classe inclui “a idéia de reação diante da conduta e da sorte dos demais, e de atitudes e expressões de atitudes diante da conduta passada ou iminente do próximo”. (p.129) Exemplos: agradecer, deplorar, congratular, felicitar etc.
 - Expositivos: são aqueles usados “nos atos de exposição que consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos e

¹ Esta passagem faz parte de uma discussão sobre o texto “Performatif-Constatif”, apresentado por Austin no encontro de Royaumont, França, em março de 1958.

referências.” (p.130) Exemplos: afirmar, negar, descrever, identificar, chamar etc.

2.3

Redefinindo a linguagem

Após esta exposição do eixo principal da teoria austiniana, vale a pena ressaltar as profundas transformações que ela produz no tratamento da linguagem. Para isso, contaremos com contribuições de alguns autores que, assim como nós, compartilham da versão mais forte desta teoria.

Todos estes pontos que destacaremos servem para corroborar nosso argumento de que a teoria dos atos de fala se constitui como uma teoria privilegiada para se pensar a linguagem em psicanálise.

2.3.1

Fusão do sujeito com a linguagem

Otoni (1998) mostra como, no percurso das reflexões de Austin, o “eu” muda de estatuto: no início o “eu” aparece como uma “entidade extralingüística” – aquele que ao realizar um ato de fala poderá vir a casar, a prometer, etc. Num segundo momento, este “eu” se funde com a linguagem; passa a ser parte integrante dela, sendo evidenciado pelo pronome na primeira pessoa do presente do indicativo. Na visão performativa a subjetividade passa a ser inerente à linguagem e a significação será fruto desta mistura, isto é, o sujeito sozinho não tem o domínio da mesma; o significado do ato de fala vai depender tanto do sujeito que fala como do contexto e momento da enunciação.

Quando foi buscar na linguagem regras que pudessem definir o ato, ele parece ter achado, justamente, as regras do ato que determinam a fala: a subjetividade referida (primeira pessoa do singular) e a situação enunciativa (presente imediato). (Preu, 2001, p.17)

2.3.2

A questão da referência

A referência concebida de modo tradicional como uma relação de correspondência entre linguagem e mundo, que garantiria a verdade ou falsidade de um enunciado, estando atrelada à noção de sentido e significado, já não é mais compatível com a definição dos performativos. Ottoni (1998) destaca que estes realizam uma ação, portanto, a referência é de outro tipo; ela é deslocada para o contexto, para o “momento da performatividade”, ou seja, para o momento da enunciação. Daí o performativo será feliz ou infeliz, caso a ação se realize ou não. A referência se constitui no momento em que há o reconhecimento por parte dos interlocutores de que algo está assegurado (*uptake*). Austin chega a dizer que “a referência depende do conhecimento que se tem ao emitir o proferimento” (Austin, 1990, p.119), flexibilizando ainda mais a noção de referência.

Todo enunciado situa-se num campo intersubjetivo, e esta característica reforça o fato do ato de fala ser sempre datado “hora, minuto e segundo” como bem assinalou Deleuze (1995, p.19). Por isso, ele não pode ser repetido ou reproduzido; quando ocorre de novo já é um novo ato.

2.3.3

O lugar da intenção

O maior dos impasses encontrados pelo pensamento de Austin, e que sempre vem à tona nas discussões de seus estudiosos e críticos, reporta-se à questão da intenção. O ato ilocucionário seria um ato intencional ou não? Dizer que sim ou que não implica toda a compreensão e interpretação de suas idéias. Este impasse parece ser gerado pela maneira como os autores concebem a *intenção*.

Austin se referia ao ilocucionário como um ato intencional, mas intenção para ele não se coaduna ao sentido de algo pretendido, premeditado por um sujeito. Em um artigo intitulado “*Three Ways of Spilling Ink*”, ele chega a fazer uma diferenciação entre os termos *deliberação*, *intenção* e *propósito* (Austin, 1970) – comumente vistos como sinônimos. A nosso ver, estes três termos, tais

como definidos por ele, se ajustam perfeitamente às dimensões locucionária, ilocucionária e perlocucionária (nesta mesma ordem).

O ponto crucial em torno do qual parece se situar a diferença entre estes termos é o controle do sujeito. A *deliberação* se define como uma faculdade consciente, aquilo que o sujeito decide fazer ou não, tendo total controle sobre isso; aqui se situa a dimensão locucionária que, como vimos, é o ato *de* dizer algo. O termo *propósito* refere-se aquilo que o sujeito quer ou pretende obter como efeito, utilizando-se da fala como instrumento – aspecto perlocucionário. É quando se fala querendo enganar, convencer, seduzir, etc. Esta é uma dimensão da fala muito familiar à clínica psicanalítica: podemos até dizer que é a fala histórica por excelência. Neste caso, o controle deixa de ser absoluto, pois o propósito pode falhar, já que vai envolver necessariamente a reação do ouvinte. Vejamos agora como fica a *intenção*. Para Austin, a intenção é vista como *a posteriori* ao ato e depende do outro a quem o ato se dirige para se consolidar. Se dou uma ordem e o outro ri de mim, a intenção (força) ilocucionária não se concretizou. A intenção nos parece muito similar à noção de força, e este termo “força ilocucionária”, tem a vantagem de não estar contaminado com o sentido de algo prévio. Aqui o controle escapa ao sujeito, pois a intenção é indissociável da função do ouvinte (como vimos ele tem um papel ativo na constituição do significado).

Não há, entretanto, um consenso entre os comentadores de Austin a respeito da intenção. No presente trabalho, compartilhamos a opinião daqueles que afirmam que a teoria dos atos de fala rompe com a intencionalidade centrada no sujeito falante, como defende Ottoni (1998). Para ele, a visão performativa da linguagem desmantela a idéia de intenção e isso se deve às conseqüências do conceito de *uptake*. Diz ele:

Não é possível mais falar de uma intenção do sujeito (falante), já que esta intenção não é e não pode ser mais unilateral. (Ottoni, 1998, p.81)

Na proposta austiniana, a intenção não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida, via uptake, pelo sujeito ouvinte para assegurar a apreensão. (Ottoni, 1998, p.85)

O fato de não termos o controle de tudo que falamos, e portanto, de tudo que fazemos ao falarmos nos é bastante evidente. Temos aí toda teoria dos atos

falhos de Freud para corroborar este fato. Tanto no caso dos atos de fala, quanto no dos atos falhos, uma análise da “intenção” só pode ser feita *a posteriori*.

2.4

Interlocuções entre Austin e a psicanálise

Cada vez mais, a apropriação da teoria dos atos de fala por autores que se dedicam ao estudo da psicanálise tem se tornado comum.² São diversas as brechas que podem ser exploradas e articuladas, tanto no âmbito metapsicológico como clínico. Em nosso trabalho estamos privilegiando uma articulação do papel da linguagem na clínica psicanalítica com a teoria dos atos de fala, por motivos que serão expostos a seguir.

2.4.1

Pulsão e Linguagem

Para apresentar esta articulação contaremos com o estudo minucioso de Rudge (1998) sobre o tema. Neste livro a autora defende a idéia de que as relações entre pulsão e linguagem não são de oposição e exclusão, muito pelo contrário: a linguagem para a psicanálise é encharcada de pulsão e desejo. Partindo deste pensamento, a autora desenvolve sua argumentação no sentido de mostrar como a linguagem tal como concebida pela teoria dos atos de fala serve mais adequadamente à psicanálise, devido ao fato de esta ter a pulsão como um conceito fundamental, do que a lingüística estruturalista.

Um estudo do papel da linguagem em psicanálise tem que levar em conta na transmissão da língua, sua articulação à tradição, sendo este seu caráter social e convencional, mas também a configuração pulsional, da qual é inseparável, e “que se apóia na singularidade da relação desejante que permeia essa transmissão”. (Rudge, 1998, p.90)

Para a psicanálise, a pulsão é o motor de toda atividade psíquica, incluindo, portanto, a fala, instrumento privilegiado pelo qual a pulsão busca

² Podemos citar como referência alguns autores trabalhados neste estudo: Felman (1980), Forrester (1990), Rudge (1998).

satisfação. Na experiência clínica, lida-se o tempo todo com os efeitos das pulsões. Uma das formas mais expressivas onde podemos perceber esses efeitos é o ato falho, selando definitivamente a ligação da linguagem com a psicanálise. Segundo Rudge, toda a teorização a respeito do ato falho é o primeiro terreno, na obra freudiana, para se pensar o ato em psicanálise.

Quanto a Lacan, a autora defende que o uso feito por ele da lingüística saussuriana como modelo para a psicanálise foi sendo progressivamente restringido devido a graves incompatibilidades entre os dois campos. Para a autora, o fato de Lacan ter deixado por muito tempo o conceito de pulsão num relativo segundo plano, deve-se a esta incompatibilidade; a pulsão não “cabia” no modelo estruturalista.

Com relação à adequação das categorias da lingüística estrutural à psicanálise, uma experiência fundada na fala e que tem a interpretação como instrumento de cura, uma experiência dialógica, essas críticas evidentemente se sustentam. A língua, abstração que não considera o sujeito nem as práticas sociais em que se fala, não se adequa à abordagem da fala interpretativa e de seu poder mutativo, neste contexto específico que é o do tratamento, em que o que se visa é o desejo inconsciente presente neste campo, não *in effigie*, mas como as regras estão presentes em um jogo de tênis, na imagem de Politzer. (Rudge, 1998, p.93)

Finalmente, ela apresenta qual seria o melhor tratamento da articulação entre pulsão e linguagem, a seu ver inseparáveis, e mais que isso qual a perspectiva de linguagem que melhor se afina à psicanálise. Assim é feita a ponte com a teoria dos atos de fala.

Para a psicanálise, o interesse de pensar a linguagem dentro do modelo austriano, e não de acordo com a lingüística estrutural, diz respeito ao fato de que a teoria, na psicanálise, é totalmente apoiada na experiência psicanalítica, o que a diferencia de qualquer conhecimento especulativo. Teoriza-se sobre uma prática de linguagem em que a transferência é o eixo central condutor do ato psicanalítico, e que se justifica pela ação mutativa da interpretação. (Rudge, 1998, p.98)

Portanto, para pensar a linguagem dentro de uma perspectiva psicanalítica, uma linguagem permeada pela pulsão, onde o que se diz deve ser sempre contextualizado, onde se deve levar em conta a maneira como é dito, onde a fala não se resume a relatos ou descrições de fatos, mas é uma fala ativa, capaz de gerar mudanças e transformações, torna-se evidente que a visão performativa da linguagem tem muitas contribuições a dar, se comparada a outras abordagens.

3

O papel da linguagem em diferentes momentos do percurso freudiano

No primeiro capítulo vimos como os estudos da linguagem ganharam relevância na filosofia contemporânea e apresentamos a pragmática de Austin como sendo adequada para se pensar o estatuto da linguagem em psicanálise. Procederemos agora a uma análise da concepção de linguagem em Freud, em diferentes momentos de seu percurso, nos apropriando, para isso, de conceitos pertencentes à teoria austiniana. Percebemos que há momentos da obra de Freud em que ele se mostra mais atrelado a uma visão de linguagem, que Austin inicialmente designou como constativa. No entanto, nosso interesse é enfatizar justamente os momentos em que vemos a fala adquirir um cunho performativo, e de como isto está diretamente correlacionado a sua prática clínica.

3.1

Momento pré-psicanalítico

Apesar de Freud não ter formulado explicitamente uma teoria sobre a linguagem, esta sempre ocupou um lugar central em seu pensamento. Se nos reportarmos a um de seus primeiros trabalhos, num momento ainda pré-psicanalítico como se costuma dizer, nos depararemos com a linguagem no cerne de sua primeira formulação sobre a constituição do aparelho psíquico. Estamos nos referindo, evidentemente, à sua monografia sobre as afasias, de 1891, cujo título original era *Para uma concepção das afasias: um estudo crítico*. Nela Freud propõe e descreve aquilo que chama de *aparelho de linguagem*, que apesar de não se tratar de uma proposta explícita, pode ser visto como o protótipo do primeiro modelo de um aparelho psíquico.

As considerações sobre os distúrbios afásicos são o pano de fundo de todo o trabalho. Freud rompe com a teoria localizacionista e propõe uma formulação eminentemente funcional da linguagem ao descrever o modo de operar do então chamado *aparelho de linguagem*.

Rudge (1998), diferenciando-se da maioria dos autores brasileiros quanto à tradução do *Spracheapparat*, prefere chamá-lo de *aparelho de fala* com o intuito

de enfatizar a dimensão de atividade da linguagem presente no texto. Este caráter de atividade pode ser apreendido das próprias conceituações que Freud propõem para as noções de *representação de palavra* e *representação de objeto*¹ e de como a significação se constitui pela articulação destes dois tipos de representação, sendo que “não se trata de uma relação estabelecida de uma vez por todas”, mas que se forja em situações específicas, “dentro do próprio processo de falar e compreender” (Rudge, 1998, p.74). Segundo esta perspectiva, as palavras não teriam significados únicos e sedimentados, mas significações mutáveis que se perfazem nas situações concretas de fala.

Analisando a concepção que Freud apresenta neste momento, quanto à constituição do sentido, podemos dizer que ela representa um certo afastamento da teoria clássica de linguagem, já que a significação não resultaria de uma relação de correspondência entre linguagem e mundo (referência). A própria noção de representação de objeto “não designa o *referente* ou a *coisa* (da qual retiraria sua significação) mas, na sua relação com a representação-palavra, designa o *significado*”. (Garcia-Roza, 2001, p. 48) Sendo assim, o sentido se dá pela linguagem.

Reforçando ainda mais o lugar privilegiado que a linguagem sempre ocupou na teoria freudiana, neste mesmo ano (1891) o autor escreve um artigo sobre o tratamento psíquico no qual declara que este tipo de tratamento deve ser feito pela linguagem. Nesta fase de seu trabalho ele se encontrava envolvido com a hipnose que merece uma atenção especial.

A viagem de Freud à Paris em 1886 e seu contato com o renomado médico Charcot, fez com que ele se aproximasse e dedicasse grande atenção ao estudo do hipnotismo e da sugestão. Durante alguns anos, ele investiu no método hipnótico como forma de tratamento das neuroses e podemos dizer que foi por esta via que Freud, neurologista, passou a atribuir cada vez mais importância aos processos psíquicos.

Segundo o psicanalista inglês Forrester (1990), a “idade de ouro” da hipnose compreendeu os anos de 1875 a 1895, e abrangeu três facetas principais:

¹ Esta é uma das possíveis traduções para os termos *Wortvorstellung* e *Objektvorstellung*, respectivamente. Há uma divergência entre autores brasileiros para tal tradução. Garcia-Roza (2001) optou pelo emprego dos termos “representação-palavra” e “representação-objeto” para marcar que a significação não resulta da relação entre a representação-objeto e o referente, mas da relação entre a representação-objeto e a representação-palavra.

o zelo terapêutico, em contraste com o niilismo terapêutico dos hospitais-escolas; uma teoria precoce do efeito placebo, através da sugestão; finalmente, seus efeitos terapêuticos revelaram aos médicos traços de poder e de autoridade dos quais nenhum outro método se aproximava.

Para Forrester, Freud recorreu a esses três fatores na defesa do uso da hipnose. Em seus artigos que versam sobre o hipnotismo (1888-1892), Freud não se cansa de acentuar a influência e o poder das palavras do médico no tratamento e escreve:

um médico (...) nunca se sente mais satisfeito do que depois de haver feito com que um sintoma escape à atenção do paciente por meio do poder de sua personalidade, da influência de suas palavras e de sua autoridade. (Freud, 1996 [1888], p.132)

Como dissemos acima a prática da hipnose conduziu Freud a uma aproximação cada vez maior com o psiquismo e em um artigo intitulado “Tratamento Psíquico (Ou Anímico)” (1905[1891]) ele aponta a negligência histórica da medicina em relação aos efeitos da vida anímica sobre o corpo, mas pondera que na última década isto havia começado a se modificar. Muitos doentes faziam grandes queixas ao médico, sem que este encontrasse sinais de alguma patologia no corpo. A investigação médica mostrou que estes doentes sofriam de uma doença do sistema nervoso, porém a investigação do cérebro não apresentava nenhuma alteração. Estudando as manifestações patológicas destes doentes nevrosos ou neuróticos descobriu-se que “os sinais da doença não provinham de outra coisa senão uma *influência modificada da vida anímica sobre seu corpo*, devendo-se, portanto, buscar no anímico a causa imediata da perturbação”. (Freud, 1996 [1905], p.274 – grifos no original)

Freud defende então que o tratamento deste tipo de doentes devia ser por meios que atuassem sobre o que é anímico no ser humano. Um destes meios é a palavra.

Agora começamos também a compreender a “magia” das palavras. É que as palavras são o mediador mais importante da influência que um homem pretende exercer sobre o outro; as palavras são um bom meio de provocar modificações anímicas naquele a quem são dirigidas, e por isso já não soa enigmático afirmar que a magia das palavras pode eliminar os sintomas patológicos, sobretudo aqueles que se baseiam justamente nos estados psíquicos. (Freud, 1996 [1905], p.279)

Sem dúvida, a principal novidade introduzida pelo hipnotismo foi a grande confiança nas palavras que ele promoveu (Forrester, 1990). Em lugar de escrever, ministrar ou prescrever, o médico diz: “Você *não* tem histeria; quando acordar você não mais padecerá de tosse nervosa” (Forrester, 1990, p.59). Portanto, o instrumento que torna possível essa terapia é a fala, mais especificamente uma ordem expressa na fala. Forrester, que também utiliza a teoria dos atos de fala para pensar a psicanálise, acredita que, quando o sintoma de histeria perdura após a hipnose, a autoridade do médico é enfraquecida a um ponto que jamais é atingido em outras formas de tratamento. E a razão disso está na natureza diversa dos atos de fala envolvidos.

O ato de fala imperativo coaduna-se com a posição de autoridade assumida pelo falante. Ao se recusar a obedecer, o sujeito não está afirmando que a ordem é falsa (...) – ordens não são verdadeiras nem falsas – ;o que o paciente está querendo dizer é que o responsável pela emissão da ordem não está em posição de comandá-lo. O que falhou não foi o simples conteúdo ‘descritivo’ (se é que existe tal coisa), mas aquele que a profere” (Forrester,1990, p.60)

A justificativa do uso da hipnose se baseava na crença de que o médico poderia impor de fora, através de um comando, a remoção dos sintomas. Mas por que o método freqüentemente falhava? A prática diária da hipnose revelava que os sintomas ou não eram eliminados, ou retornavam pouco tempo depois, a ponto do próprio Freud admitir que tanto o médico quanto o paciente se cansam muito depressa, “em conseqüência do contraste entre o matiz deliberadamente otimista das sugestões e a melancólica verdade dos efeitos”. (Freud, 1996 [1891], p.153)

Como acompanhamos até aqui, podemos dizer que a fala no método hipnótico era concebida com um caráter altamente performativo, já que é inegável o cunho transformador que Freud atribuía a ela neste momento. No entanto, se pudéssemos situar este uso da palavra dentro das famílias de atos de fala definidos por Austin, perceberíamos que se tratava de um ato de fala exercitivo, ou seja, de um exercício de poder, que com o tempo foi deixando a desejar como método clínico. A hipnose ressalta o papel e o poder da palavra do médico através de um comando, de uma ordem, mas minimiza a chance do paciente participar do trabalho, o que talvez explique os muitos insucessos. Relembrando Austin, a felicidade dos atos de fala depende da participação ativa do ouvinte no momento do proferimento.

O método catártico foi criado por Breuer a partir da experiência que teve com uma de suas pacientes, Anna O., que como declara Strachey na nota aos *Estudos Sobre Histeria*, produzia torrentes de material provenientes da região “inconsciente” da mente, sem que o médico precisava fazer grande uso da hipnose; o papel de Breuer era mais ouvi-la do que hipnotizá-la. Nesta nova técnica, “o médico solicitava que o paciente fizesse dele o depositário de todas as suas experiências e memórias expressas em palavras”, estando o paciente sob hipnose. (Forrester, 1990, p. 58) O paciente começa, portanto, a adquirir um papel mais ativo no tratamento, já que a tentativa de eliminar o sintoma através da sugestão hipnótica é enfraquecida. Uma pequena variação deste método catártico foi a designada “técnica da pressão”, um estágio intermediário no desenvolvimento do método freudiano, onde o médico fazia uma leve pressão com as mãos na cabeça do paciente, afirmando que assim que sua mão fosse removida uma idéia ou imagem apropriada adviria.

O próximo passo foi o advento da regra fundamental: “diga o que quer que lhe passe pela cabeça, sem se preocupar com a relevância, a importância, a polidez ou o decoro”. (Forrester, 1990, p. 59) Evidentemente, a linguagem assume um novo status na psicanálise freudiana com a associação-livre e a técnica de interpretação que lhe era correlata; estas duas, dada sua importância, serão exploradas em seções especiais deste trabalho.

3.2

A parceria Breuer – Freud: em busca do trauma

O livro *Estudos Sobre Histeria* (1893-1895), fruto do encontro entre Breuer e Freud, é marcado pela valorização do fator traumático entre as causas da histeria. Neste momento, Freud estava preso à idéia de que a causa da neurose era um trauma vivido pelo paciente. Isto o levava a ouvir suas pacientes buscando uma referência concreta, real para o que elas diziam, fazendo com que ele se aproximasse ao que Austin chamou de concepção constatativa, portanto descritiva, de linguagem.

É justamente o que está exposto na primeira parte deste livro, onde Freud ainda se mostra em busca de um “ponto de origem” da histeria, sua causa sendo um fato traumático. Freud demonstra convicção quanto à sua ocorrência de fato. Chega a estabelecer uma analogia entre a histeria e as neuroses traumáticas, e afirma que “a causa atuante da doença não é o dano físico insignificante, mas o afeto do susto – o trauma psíquico”. (Freud, 1996 [1893], p.41)

A tarefa da clínica neste momento era fazer o paciente recordar o fato que havia provocado seu sintoma e despertar o afeto a ele relacionado, possibilitando que o paciente traduzisse este afeto em palavras, assim como o descarregasse expressando as emoções. Feito este processo o sintoma desaparecia. No entanto, Freud se deparava com a dificuldade de fazer os pacientes recordarem tal evento em estado de vigília, e para superá-la utilizava a hipnose. Esta, por sua vez, possibilitava a descarga do afeto estrangulado por meio da fala, tendo um efeito curativo, porém nada podia ser feito contra a reincidência do sintoma.

A lembrança do trauma age como um corpo estranho que, mesmo passado muito tempo, continua agindo na vida psíquica do paciente. Daí a famosa afirmação de que *os histéricos sofrem principalmente de reminiscências*. (Freud, 1996 [1893], p.43)

Por que tais lembranças causam sintomas? Para Freud

o mais importante é se *houve uma reação enérgica ao fato capaz de provocar um afeto*. Pelo termo “reação” compreendemos aqui toda a classe de reflexos voluntários e involuntários – das lágrimas aos atos de vingança – nos quais, como a experiência nos mostra, os afetos são descarregados”. (Freud, 1996 [1893], p.44, grifos no original)

Nesta passagem podemos apreender que o sofrimento psíquico é entendido, neste momento, como fruto de uma ação que não pôde ocorrer, ou seja, é fruto de um impedimento da ação. Se a pessoa *re-age*, o afeto vinculado ao fato pode ser descarregado, e a lembrança em breve será esquecida, ao invés de ficar provocando sintomas anos e anos.

Para Freud, a comprovação de tal fato pode ser encontrada na própria linguagem cotidiana, através de expressões como “desabafar pelo pranto” e “desabafar através de um acesso de cólera”. Aproveitamos para fazer uma breve digressão e destacar uma marca da escrita freudiana, que é o recorrente uso da

linguagem comum, cotidiana, como base para comprovar ou esclarecer suas idéias. Como vimos no capítulo anterior este é o ponto de partida dos pragmatistas.

Portanto, quando sofremos uma impressão psíquica intensa, somente através de uma reação é que poderemos nos livrar dela. E Freud complementa:

A reação mais adequada, entretanto, é sempre uma tomada de atitude. Mas como observou espirituosamente um escritor inglês, o primeiro homem a desfechar contra seu inimigo um insulto, em vez de uma lança, foi o fundador da civilização. Portanto, as palavras são substitutas das ações e, em alguns casos (por exemplo, na confissão) as únicas substitutas. Dessa maneira, paralelamente à reação adequada, há aquela que é menos adequada. Quando, porém, não há nenhuma reação a um trauma psíquico, a lembrança dele preserva o afeto que lhe coube originalmente. (Freud, 1996 [1893], p.45)

Segundo Freud, a ação pode se dar por atos ou palavras. A linguagem, portanto, é também uma forma de descarregar o afeto, mas é definida aqui como *substituta* da ação. Contudo, podemos perceber nas entrelinhas que linguagem e ação não se opõem completamente, e perceberemos que no decorrer da obra freudiana, ambas vão convergindo cada vez mais.

3.3

O auge da hipótese da sedução

A teoria da sedução, exposta por Freud em suas correspondências com Fliess, especialmente no Manuscrito K, de 01/01/1896, apresentou sua versão mais explícita no artigo “Novas Observações Sobre as Neuropsicoses de Defesa” e na conferência “Etiologia da Histeria”, ambos de 1896 (Mezan, 1998).

Mas por que estamos dedicando uma seção de nosso trabalho à teoria da sedução? Freud parte da hipótese de que em alguma ocasião específica da vida do sujeito, houve de fato uma vivência que deixou marcas psíquicas capazes de gerar uma patologia. Seguindo esta perspectiva qual será o direcionamento que ele dará à sua prática clínica? Neste momento, o trabalho de análise ganha uma marca investigativa e a fala do paciente funciona como o meio de se alcançar este fato, para se chegar à verdade. Aqui a noção de verdade como correspondência da realidade, que, como vimos, pertence à filosofia analítica da linguagem em sua vertente positivista, aparece de forma acentuada.

Nossa hipótese é que há uma inversão crucial no desenvolvimento da obra freudiana em relação à linguagem: num primeiro momento (e até o ponto em que continua refém da teoria da sedução), Freud está comprometido com uma concepção representacional ou descritivista da linguagem. Quando deixa de acreditar em sua neurótica, o fato de não mais priorizar a importância de uma referência *concreta* na vida *real* dos pacientes coloca a linguagem como a principal referência. Ao promover a fantasia e a realidade psíquica como o campo próprio da psicanálise, a linguagem “rouba a cena”, porque os fatos são inseparáveis da fantasia e das significações que possuem para o analisando.

Pode-se objetar que Freud nunca abandona completamente a importância dos fatos vividos, ou seja, do corpo, da experiência. Não negamos tal fato, apenas consideramos que tais experiências só adquirem sentido na e pela linguagem.

Defender a tese do sentido como propriedade da linguagem significa dizer, de modo deflacionário, que nenhuma emoção é imortal ou está mumificada em nossos genes, corpos, pulsões ou afetos. E a mais importante consequência a ser tirada desse pressuposto é que o sentido das emoções subjetivas é um produto das ‘sombras’ do tempo. Os sons e marcas articuladas que chamamos ‘linguagem’ não aprisionam o pré-lingüístico, mostram apenas que o extralingüístico, embora causalmente independente da linguagem, só ‘tem sentido’ na linguagem. (Costa, 2001, p.217)

A marca de despedida da teoria da sedução se faz na carta 69 da correspondência Freud-Fliess (21.09.1897):

Confiar-lhe-ei de imediato o grande segredo que lentamente comecei a compreender nos últimos meses. Não acredito mais em minha *neurótica*. (...) comecei, historicamente, a partir da questão da origem de meus motivos de descrença. Os contínuos desapontamentos em minhas tentativas de fazer minha análise chegar a uma conclusão real (...) este foi o primeiro grupo. Depois, veio a surpresa diante do fato de que, em todos os casos, o pai, não excluindo o meu, tinha de ser apontado como pervertido. (...) Depois, em terceiro lugar, a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto. (...) Em quarto lugar, a reflexão de que, na psicose mais profunda, a lembrança inconsciente não vêm à tona, não sendo, pois, revelado o segredo das experiências da infância nem mesmo no delírio mais confuso. (Freud, 1996 [1897], p. 308)

Acompanhemos o raciocínio de Mezan (1998), sobre os argumentos de Freud para o abandono da teoria da sedução: em 1897, concluir uma análise significava remover todos os sintomas apresentados e tentar evitar que outros surgissem em seu lugar. Isto só era possível caso as resistências opostas pelo

paciente fossem vencidas e se fossem desvendados os segredos de sua vida pregressa, especialmente na esfera sexual, até atingir o trauma da sedução. Caso a recordação não fosse produzida, Freud atribuía isto ao motivo da resistência e, assim, responsabilizava o paciente pelo insucesso da terapia. Porém, quando se obtinha a recordação esperada da cena, “a terapia encaminhava-se para um beco sem saída” (Mezan,1998, p.67) e a análise não era “concluída”. Portanto, ou o método funcionava até certo ponto, e fracassava no momento seguinte, ou a hipótese da sedução precisaria ser revista. Assim, “ou haveria no inconsciente recantos tão sombrios que mesmo o máximo levantamento possível das resistências era incapaz de desvelá-los, ou a cena em questão jamais ocorreria. (...) Neste caso, de onde teriam os pacientes extraído seu conteúdo?” (Mezan, 1998, p.67)

Segundo Mezan, o que levou Freud a uma conclusão está em seu terceiro argumento da carta a Fliess, quando diz que no inconsciente não existe um “signo de realidade” (já que este é função do processo secundário, que se encarrega de inibir o primário que, por sua vez, conduz à alucinação e ao desprazer, podendo neste momento ser equiparado ao inconsciente), sendo assim possível que a cena de sedução pudesse ter sido produzida, fantasiada pelo paciente e confundida com um evento real.

Com efeito, a desconsideração pelo mundo da fantasia explicava o fracasso terapêutico pela omissão de um fator essencial da vida psíquica do paciente, e dava conta da ausência da cena de sedução nos delírios, cujo fundamento assenta sempre em experiências efetivamente vividas. Quanto ao enorme índice de pais perversos, a hipótese da fantasia invertia o problema, colocando a possibilidade bem mais razoável de que a produção de fantasias sexuais fosse um fenômeno bastante comum nos indivíduos normais, e universal nos neuróticos. (Mezan,1998, p. 68)

Ainda segundo o autor, a hipótese da existência de fantasias inconscientes colocou Freud no caminho de suas grandes descobertas e, a nosso ver, a partir de então podemos detectar uma mudança no estatuto da linguagem em sua obra. Ela perde cada vez mais a função de descrição ou de relato de fatos, e adquire a função de produção de sentidos.

Corroborando esta idéia, escreve Birman:

(...)é preciso evocar que, nos primórdios do discurso freudiano, com a teoria do trauma e da sedução (Freud 1896), existia ainda a intenção de se estabelecer uma origem absoluta para o sujeito, de acordo com os cânones da Idade Clássica. Porém, com a desistência de Freud desse projeto, o sujeito perdeu suas origens no real, sendo obrigado a tecer fantasmas sobre suas origens. Com efeito, com os fantasmas da sedução, cena primária e castração (Freud 1913b), o sujeito busca fantasmear suas origens, justamente porque elas não podem mais ser capturadas no real. (Birman, 2001, p.198)

3.4

Lembranças Encobridoras: a meio caminho entre o realismo e a fantasia

Freud declara que em sua experiência clínica ele se depara frequentemente com recordações fragmentárias dos primeiros anos de vida, que permaneceram na memória dos pacientes. Assim, ele começa o texto sobre as “lembranças encobridoras” (1899) dando a entender, nesta primeira colocação, que está lidando com recordações de fragmentos de cenas da infância. No entanto, percebemos ao longo do texto, que não se trata de uma tese tão realista quanto possa parecer. Acompanhem-lo.

Num outro momento (1896), quando ainda estava atado à hipótese da sedução, Freud ressaltou que se devia atribuir grande importância patológica às impressões dos primeiros anos da infância. Quase todos aceitam o fato de que estas experiências deixam traços inerradicáveis em nossa mente, diz ele, mas curiosamente quando vamos procurá-las em nossa memória, nos deparamos com muito pouco, apenas algumas recordações isoladas e enigmáticas.

É somente a partir dos seis ou sete anos que os eventos começam a se encadear em nossa memória, e a partir daí, “há uma relação direta entre a importância psíquica da experiência e sua retenção na memória”. (Freud, 1996[1899], p.287) Apenas em alguns estados mentais patológicos (como na histeria) esta relação não se mantém.

Através da análise de seus pacientes neuróticos, Freud percebe que as recordações que estes trazem da infância geralmente referem-se a eventos triviais e aparentemente sem importância, ao passo que fatos importantes ocorridos na mesma época são esquecidos. Mas por que se suprime justamente o que é importante, restando-se o irrelevante? Isto ocorre porque há duas forças psíquicas envolvidas na promoção deste tipo de lembranças – uma é a favor de sua

recordação, enquanto a outra (uma resistência) tenta impedir que isso ocorra. Estas duas forças opostas não se anulam, mas entram em acordo:

o que é registrado como imagem mnêmica não é a experiência relevante em si – nesse aspecto, prevalece a resistência; o que se registra é um outro elemento psíquico intimamente associado ao elemento passível de objeção – e, nesse aspecto, o primeiro princípio mostra sua força: o princípio que se esforça por fixar as impressões importantes, estabelecendo imagens mnêmicas reproduzíveis. (Freud, 1996[1899], p.290)

O resultado deste processo é a produção de uma lembrança substituta, associativamente deslocada da primeira, que, por ter perdido elementos importantes, nos parece incompreensível.

O processo que vemos em ação na formação da lembrança substituta (ou encobridora), a saber – conflito, recalçamento, e substituição como resultado de uma conciliação – é comum a todos os sintomas neuróticos, e também está presente na vida mental de pessoas normais, como no caso do chamado “‘raciocínio falho’ e por algumas operações mentais que visam produzir um efeito cômico”. (Freud, 1996[1899], p.292)

No entanto, Freud acredita que estas lembranças podem originar-se de outras maneiras, pois elas podem ocultar por trás de si uma enorme gama de significados, já que fantasias inconscientes podem estar por trás de tais lembranças. “Posso garantir-lhe que as pessoas muitas vezes constroem essas fantasias inconscientemente – quase como obras de ficção”. (Freud, 1996[1899], p.298)

O motivo dessas fantasias não se tornarem conscientes, segundo Freud, é certamente por envolver um forte elemento sensual (sexual), tendo que se contentar em transformar-se em algo disfarçado, expresso de forma apenas alusiva, numa cena infantil. Mas por que pensamentos e desejos recalçados tendem a deslizar para lembranças infantis? Isto se explica pela característica de inocência de uma cena infantil, permitindo que ela se torne consciente, apesar de conter disfarçadamente uma fantasia sexual.

Freud não chega a admitir que estas lembranças sejam pura invenção psíquica, pois não deixa de considerar que elas se baseiam em certos pontos de uma cena infantil. No entanto, ele admite que no decorrer do processo a cena

sofre várias mudanças e que a própria memória pode sofrer falsificações, mesclando experiências vividas com desejos e situações do presente.

Observamos aí uma característica peculiar do autor: apesar de não abrir mão da veracidade e segurança de uma tese mais realista (cientificamente mais plausível) ele atribui enorme valor às produções psíquicas. É o que notamos, por exemplo, na distinção que ele estabelece entre realidade prática e realidade psíquica: apesar da segunda ser mais valiosa para a psicanálise, a primeira não deve ser completamente descartada.

Outro ponto do texto crucial para nós é a afirmação de que “o passo intermediário entre uma lembrança encobridora e aquilo que ela esconde tende a ser fornecido por uma expressão verbal”. (Freud, 1996[1899], p.301) Ou seja, você tem uma lembrança mas para saber o que ela esconde você terá que falar. Isso equivale a dizer que é a fala que produz a associação entre a fantasia e a lembrança em questão.

Freud define deste modo o conceito de lembrança encobridora: “aquela que deve seu valor enquanto lembrança não a seu próprio conteúdo, mas às relações existentes entre esse conteúdo e algum outro que tenha sido suprimido”. (Freud, 1996[1899], p.302) Observando as lembranças infantis de seus pacientes, ele percebe que nenhuma delas pode ser uma repetição exata da impressão originalmente recebida; todas elas parecem ter sido falseadas, “não que sejam completas invenções” (Freud, 1996[1899], p.303) diz Freud, mas no sentido de terem alterado os acontecimentos, pessoas, etc. Ao reconhecer este fato, Freud põe em questão as próprias lembranças infantis.

Com efeito, pode-se questionar se temos mesmo alguma lembrança *proveniente* de nossa infância: as lembranças *relativas* à infância talvez sejam tudo o que possuímos. Nossas lembranças infantis nos mostram nossos primeiros anos não como eles foram, mas tal como apareceram nos períodos posteriores em que as lembranças foram despertadas. Nesses períodos de despertar, as lembranças infantis não *emergiram*, como as pessoas costumam dizer; elas foram *formadas* nessa época. E inúmeros motivos, sem qualquer preocupação com a precisão histórica, participaram de sua formação, assim como da seleção das próprias lembranças”. (Freud, 1996[1899], p.304 – grifos no original)

Se transpusermos a intuição freudiana apresentada neste trecho para o seu trabalho clínico (certamente o que possibilitou tal intuição), podemos dizer que ela representa um afastamento de um caráter “investigativo” da clínica. O descompromisso com a precisão histórica dos acontecimentos e a entrada em

cena de outros motivos na formação das lembranças nos fazem crer que a fala assume uma nova posição no tratamento. A própria dinâmica discursiva que se estabelece entre analista e paciente, ou seja, suas interpretações e associações, participam ativamente da formação/produção de tais lembranças.

3.5

O marco de 1900

Vários fatores contribuíram para que *A Interpretação dos Sonhos* passasse a representar um marco na psicanálise. Neste texto, vários pontos teóricos do pensamento freudiano receberam um fechamento propriamente psicanalítico. É o caso do conceito de inconsciente; a subdivisão do aparelho psíquico em sistemas diferenciados; descrição pormenorizada do funcionamento deste aparelho tendo como ponto de partida o trabalho do sonho; definição da especificidade, bem como da importância, do trabalho de interpretação em psicanálise.

O que queremos ressaltar neste momento é justamente essa marca que esse texto imprime na psicanálise, reservando a discussão do trabalho de interpretação propriamente dito para o último capítulo de nosso trabalho.

Se notávamos até então uma conotação de cunho “investigativo” para o trabalho terapêutico, a forma como a interpretação foi aqui definida, supera definitivamente tal acepção. A partir daqui o que está em causa é a emergência do sentido.

No período de produção deste trabalho, passagem do século XVIII para o XIX, houve, como nos mostra Birman (2001), uma transformação na economia simbólica do sentido, à qual a psicanálise também participou. O que ocorreu neste momento histórico? O significado do *dizer* e o *sentido das coisas* se transformaram radicalmente, redefinindo completamente o que se entendia até então como *referência*. Para o autor, a resposta dada pela psicanálise a esta questão se delineou pela especificidade da interpretação que se concretizou a partir de *A Interpretação dos Sonhos*.

Freud partiu do princípio que os sonhos possuíam um sentido e que deviam ser interpretados, e neste movimento afastava-se da tradição médica e científica (que considerava-os apenas frutos de estimulações somáticas durante o sono, restringindo-os ao campo da biologia) e aproximava-se mais uma vez da

tradição popular. Segundo Birman, esta aproximação inscreveu o sentido no campo do imaginário popular, fato que já havia sido traçado por Freud anteriormente (1905), quando formulou que o tratamento psíquico era baseado nas palavras, criticando a tradição médica e se aproximando decididamente do sentido das palavras na linguagem cotidiana; também em 1893 quando enunciou que na histeria prevaleciam as representações populares do corpo e não aquelas determinadas pela anatomia.

Dizer que interpretar um sonho é *atribuir* a ele um sentido, uma das afirmações de Freud neste texto, significa que o sentido é algo que vem a se somar ao sonho, não estando lá “escondido” até que seja desvelado. O próprio Freud recusava a idéia de que haveriam significados preestabelecidos para os signos que apareciam no conteúdo manifesto dos sonhos, como se pudessem ser desvendados através de um código.

Os signos, ao contrário, seriam marcados pela polissemia, contendo em si próprios múltiplas significações possíveis, sendo as associações do sonhador as responsáveis pela circunscrição do horizonte semântico de tais signos em um campo eminentemente polissêmico. (Birman,2001, p.178)

Isso significa dizer que é através da associação-livre que o sentido dos sonhos será produzido, marcado pela singularidade e especificidade de cada sujeito. Não podemos deixar de lembrar que um dos principais postulados deste livro é a afirmação de Freud de que os sonhos são realizações de desejo, fazendo com que o sentido em psicanálise não se restrinja ao registro cognitivo, mas envolva sempre uma dimensão afetiva.

É através do conceito de sentido formulado por Freud nesse momento que percebemos uma mudança quanto ao papel da referência em sua obra; diríamos que ela não deixa de existir, mas passa a ser de outro tipo se assemelhando à definição proposta pela pragmática, onde a referência não é mais concebida como uma relação de correspondência com a realidade que atestaria a verdade de algo, mas é deslocada para o contexto de enunciação, neste caso para o contexto de análise. Neste contexto específico, a referência ficará sujeita às convenções desta prática clínica.

A regra fundamental também é calcada numa pré-concepção de que há um sentido no psiquismo. Ela instaura uma dinâmica discursiva da qual o

paciente não pode escapar. Quando o médico diz “fale o que lhe vier à cabeça” o paciente está fadado a obedecer. Esta regra sustenta a autoridade do médico e marca a especificidade da fala no contexto analítico. Tudo o que é dito é tomado como material clínico; o analista não se atém apenas ao aspecto locucionário do que é dito, mas atenta para os atos perlocucionários e ilocucionários que perpassam toda fala. Nenhum ato de fala é livre, pois sempre pressupõe o outro; no entanto, na relação analítica esta liberdade se reduz ainda mais, pois o analista estará atento às “intenções” inconscientes do analisando com a sua fala.

Quando Lacan define o que seria o ato analítico (1967/68), uma das acepções que dá à expressão é justamente a responsabilidade do analista ao montar o dispositivo analítico, e na instauração de um discurso “sui generis”, o discurso analítico. A psicanálise se constitui, portanto, como uma prática social específica.

Este é o motivo pelo qual uma conversa de bar, mesmo que verse sobre o mesmo assunto de uma sessão, não terá o mesmo sentido nem produzirá os mesmos efeitos. Até porque o próprio significado de um ato de fala não pode ser desvinculado do contexto no qual foi produzido, apontando as especificidades das diferentes relações que o sujeito estabelece.

Com a regra fundamental e o conceito correlato de transferência, Freud encontrou a maneira ideal de virar o feitiço contra o feiticeiro: obrigando os pacientes a encontrar o obstáculo para cura nas relações sociais invocadas pelas regras de seus próprios discursos, Freud não mais procurava o obstáculo insuperável no fracasso da autoridade do médico(...)A inovação de Freud foi deslocar para a autoridade da própria linguagem o que os pacientes gostariam de exibir como a autoridade do médico. (Forrester, 1990,p.70)

Outra importante postulação de Freud em 1900 foi considerar outras produções psíquicas como os sintomas, os atos falhos, lapsos, e chistes, como orientados pela mesma lógica dos sonhos. Sendo assim, o que ocorrerá na clínica psicanalítica? Através da interpretação dos sonhos e dos sintomas, haverá a produção de novos sentidos no novo contexto que foi criado: o *setting* analítico. Isto se torna possível através da linguagem, que na clínica também está enquadrada num contexto diferenciado, proporcionado pela transferência. No entanto, ela não serve apenas como meio de acesso ao sentido, como pode parecer; é através da linguagem que o sentido é produzido.

A linguagem assume assim seu valor de ato e as interpretações do analista, bem como as associações do analisando, se configuram como *atos de fala* no sentido proposto por Austin. Os atos de fala que se produzem na relação analítica podem ser vistos como um uso “terapêutico” da linguagem, que não se referem à verdade de um discurso, mas à produção de um sentido.

4

Uma possível distinção entre ato e ação - delimitação da noção de ato em psicanálise

Até o momento vimos utilizando indistintamente os termos ato/ação para designar e enfatizar a atividade inerente à fala. Agora gostaríamos de propor com maior rigor uma possibilidade de distinção entre ambos, numa tentativa de denotar a especificidade desta atividade para a psicanálise. É importante deixar claro que tal distinção não é encontrada de forma explícita nem no texto freudiano, nem em Austin.

Para nos auxiliar na introdução deste tema nos detenhemos um pouco numa colocação feita por Lacan em um de seus famosos seminários:¹ “A psicanálise, espera-se, pelo menos em princípio, supõe-se, ao menos pelo fato de que vocês estão aí para me ouvir, que a psicanálise, isso faz alguma coisa.” (1967/68, p.03) Mas o que faz a psicanálise? Lacan faz esta colocação na primeira aula de uma série que versará sobre o ato psicanalítico. E ele lança as seguintes perguntas:

O que é o ato psicanalítico a este título? (...) Será o ato psicanalítico a sessão, por exemplo? Posso perguntar em que consiste? Em que tipo de intervenção? Já que, em todo o caso, não se redige uma prescrição. O que é o ato propriamente dito? Será a interpretação? Ou será que é o silêncio? Ou o que quer que seja, que vocês queiram designar, nos instrumentos da função... (Lacan, 1967/68, p.05)

Estas indagações de Lacan nos conduzem muito adequadamente ao problema que queremos abordar neste momento. Sentimos a necessidade de esmiuçar qual a especificidade do ato em psicanálise e para isto nos apoiaremos mais uma vez nos estudos da linguagem.

Por meio dos estudos da pragmática pudemos inferir uma distinção entre dois níveis nos quais a atividade da linguagem pode ser considerada: no nível de *ato* e no nível de *ação*. Esta distinção nos parece perfeitamente transponível ao campo da clínica, nos permitindo discriminar práticas clínicas que trabalham na esfera do ato, enquanto outras na esfera da ação.

¹ Apesar de não termos abordado o ensino de Lacan em nosso trabalho, as passagens aqui citadas, provenientes de seu seminário sobre o Ato Psicanalítico são enriquecedoras para o desenvolvimento de nossa argumentação e por isso optamos por incluí-las.

Uma das bases teóricas que podemos apresentar para a distinção que estamos propondo entre *ato/ação* se encontra no livro *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*, do lingüista Oswald Ducrot (1977). Neste, ele apresenta uma interessante distinção para o que chama de ação jurídica e ato jurídico. Tanto a ação quanto o ato jurídico, se caracterizam por produzir uma transformação das relações legais entre os indivíduos envolvidos. No entanto, no caso da ação jurídica as transformações estão submetidas a uma série causal, a um processo, poderíamos dizer. Um exemplo dado pelo autor é a qualificação de uma ação como criminosa, diz ele: “a situação jurídica de culpabilidade definidora do crime decorre aparentemente de outras conseqüências da atividade descrita: a atividade é considerada como punível porque prejudica a outrem, à ordem, à sociedade... etc.” (Ducrot, 1977, p.87). Ou seja, envolve toda uma análise da situação. Já o ato jurídico, ocorre quando a transformação é imediata e inerente à própria atividade; Ducrot fala em “efeito primeiro” da atividade. Por exemplo, no proferimento de uma sentença por um juiz, ocorre um ato jurídico na medida em que nada se intercala entre a fala do juiz e a transformação do réu em condenado, já que é a fala (o enunciado) que condena.

Como vimos, o ponto comum entre a ação e o ato jurídico é produzir uma transformação, sendo que esta se dá de forma distinta em cada caso. Por este viés, podemos aproximar esta discussão ao campo da clínica. Temos como um pressuposto que toda clínica visa uma mudança, e esta pode ser concebida de várias maneiras – mudança de comportamento, mudança de posição subjetiva, tomada de consciência, etc. No entanto, a forma como cada uma entende e busca atingir mudanças, marca uma diferença crucial entre elas. A partir disso, consideramos que existem práticas clínicas cujas mudanças são obtidas de maneira semelhante ao que Ducrot descreveu como ação jurídica, enquanto em outras as mudanças se dão de forma análoga ao ato jurídico.

Para as primeiras (semelhantes à ação jurídica), a clínica seria um meio para a consecução de fins e intenções definidas. Baseando-nos num texto de Renato Mezan (1995) intitulado “Psicanálise e Psicoterapia”, podemos dizer que elas se aproximam do que este autor designou *psicoterapias*. Estas se caracterizam por tomar como objeto o ego ou funções egóicas, tendo por finalidade uma modificação no nível dos sintomas (eliminação ou alívio). Para alcançar esta mudança deve-se elaborar um foco da problemática, em torno do

qual serão adotados pelo terapeuta determinados métodos de intervenção, ou seja, a mudança é o resultado de um determinado processo.

Nosso interesse, entretanto, se volta para a definição de ato jurídico, no qual a transformação é imediata, e para a ênfase dada nestes casos ao papel da linguagem como agente transformador. A psicanálise é mais afim com este ato de fala. Nela, as mudanças subjetivas que se produzem se dão no decorrer da análise sem que haja um caminho definido para isso. A mola propulsora é a palavra, tanto do analista como do analisando, cujas falas desempenham um papel eminentemente performativo. À semelhança do proferimento de uma sentença por um juiz, uma interpretação do analista ou as próprias associações do analisando podem ter efeitos transformadores; elas são *atos de fala*, conforme Austin nomeou. Sendo assim, podemos dizer que a clínica psicanalítica se configura no nível do ato.

Como podemos observar, o ato de que estamos tratando é algo bem distante de uma simples atividade motora. Lacan é enfático ao dizer: “Estamos então seguramente em uma postura de não podermos situar o ato nesta referência, nem à motricidade, nem à descarga”. (Lacan, 1967/68, p.7) O autor chama a atenção para a ambigüidade deixada na base conceitual da psicanálise entre motricidade e ato e atribui a Freud uma parcela de culpa para tal fato. Em *Psicopatologia da Vida Cotidiana* ele enfatiza as relações da linguagem e das ações equivocadas com o plano motor, dando margem à equiparação entre ato e motricidade.

No entanto, no lugar de valorizar esta referência ao campo motor, podemos enfatizar o fato de ambas pertencerem ao campo do sentido, o que também está explícito no belo texto freudiano. Para Lacan, tanto as ações equivocadas, quanto as casuais ou sintomáticas tratam de uma dimensão que ele colocou como constitutiva do ato, a saber, sua dimensão significante. O autor considera que nada é introduzido nesses capítulos do livro referente ao ato que não seja isto: que ele é colocado como significante.

Segundo Lacan a dimensão da função do ato que interessa à psicanálise é a de pura evidência e envolve o engajamento. Como exemplo de ato, ele coloca a situação de uma pessoa decidir fazer análise:

É, afinal, algo que merece o nome de ato decidir-se, com tudo o que isto comporta, decidir-se a fazer o que chamamos uma psicanálise. Essa decisão comporta um certo engajamento. Todas as dimensões que ordinariamente são aceitas, no uso comum, no emprego corrente dessa palavra ato, nós as encontramos aí. (Lacan, 1967/68, p.04)

E para contrapô-lo à noção de motricidade ele diz:

Se posso caminhar aqui de um lado para outro, falando a vocês, isso não constitui um ato, mas se um dia ultrapassar um certo limiar onde me coloque fora da lei, esse dia minha motricidade terá valor de ato. (Lacan, 1967/68, p.08)

Por isso, é importante reforçar que quando afirmamos que a fala é ação não queremos marcar sua função motora; tal afirmativa envolve toda esta conotação que acabamos de esboçar sobre o ato. Austin deixa bem claro ao dizer:

A expressão ‘um ato’ não está sendo usada, de modo algum, para aludir apenas ao ato físico mínimo. O fato de podermos incluir no próprio ato uma gama indefinidamente extensa do que se poderiam chamar ‘conseqüências’ do ato é, ou deveria ser, um ponto pacífico fundamental da teoria da nossa linguagem acerca de toda a ‘ação’ em geral. (Austin, 1990, p. 93)

Em Forrester (1990), encontramos uma sintonia com este pensamento. Neste livro, isso já fica explícito no próprio título de um dos capítulos: “O que o psicanalista faz com as palavras: Austin, Lacan e os atos de fala da psicanálise”. Neste capítulo, o autor faz uma análise da função da fala na sessão analítica tendo como pano de fundo a teoria dos atos de fala de Austin, a qual considera surpreendentemente convergente com as idéias de Lacan² sobre a fala: performativos e fala fundadora.

Isso não apenas ajuda a entender a *ação* que se espera da fala em geral (e a transformação do paciente que é projetada a partir dessa ação) como também nos dá uma idéia mais satisfatória da interpretação de transferência. O analista (...) procura abrir caminho para a fala plena, fala que transforma o falante no ato mesmo de dizer. (Forrester, 1990, p.96 – grifos no original)

Nesta passagem, percebemos a idéia de que a fala é ação e esta ação sempre implica uma transformação: para Forrester, esta idéia central está presente tanto em Austin quanto em Lacan. Ambos recusam uma concepção funcionalista e descritivista da linguagem, entendendo-a como ato e ressaltando seu caráter contratual.

² O autor se baseia principalmente nas idéias contidas no texto *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise* (1953).

Em Austin, vimos que tanto o sujeito do proferimento quanto o ouvinte sofrem uma transformação que é imediata à produção do ato. A concepção de Lacan de “fala fundadora” está em plena sintonia com esta atribuição: “uma forma arquetípica de nomear o outro que é também uma transformação do sujeito. A fala fundadora transforma ambas as partes no ato do proferimento.” (Forrester, 1990, p.110) Um exemplo retirado do próprio Lacan – “és minha mulher” – denota com bastante clareza a mudança de estatuto tanto do falante quanto do ouvinte no momento desta enunciação.

Esperamos ter clarificado a noção de ato com a qual estamos trabalhando. Nosso próximo passo será atentar para a performance desses atos em jogo na própria clínica psicanalítica. Para tanto, a próxima seção será dedicada aos atos de fala pelo lado do analisando e o capítulo final tratará dos atos de fala do analista.

4.1

O discurso do analisando como ato de fala³

A transferência pode ser entendida como o palco onde atos de fala se produzem na clínica psicanalítica. Ela é o nome que se dá à “transformação do falante e do ouvinte no correr do processo analítico”. (Forrester, 1990, p. 119) Tendo sempre em vista que a transferência permeia toda fala na clínica, fazendo com que tudo o que é dito pelo analisando seja sempre um agir, vamos desenvolver agora um estudo dos atos falhos e em seguida uma apreciação do discurso perverso a partir de uma perspectiva pragmática da linguagem.

4.1.1

Ato falho: a palavra em ação

No primeiro capítulo, ressaltamos que a teoria dos atos de fala produziu transformações na forma de se conceber a linguagem; dissemos também que estas

³ É importante deixar claro que não estamos utilizando o termo “discurso” na acepção dada por Lacan. Quando falamos em discurso, estamos nos referindo a tudo aquilo que é dito pelo analisando, incluindo aí todos os aspectos deste dito: o que é dito, a maneira como é dito, por que é dito; lembrando que é um discurso investido de desejo.

transformações corroboravam nossa perspectiva de que esta teoria serve muito adequadamente às questões psicanalíticas, onde a linguagem é permeada pelo desejo, e o sujeito que fala é sujeito do inconsciente. O que faremos agora é justificar nossa perspectiva nos baseando para isso nas formulações de Freud sobre os atos falhos, tão freqüentes na vida das pessoas e que podem ser valiosos quando se dão em análise.

Para pensar o estatuto do ato em psicanálise somos obrigatoriamente conduzidos a um estudo sobre os atos falhos. Através das considerações feitas por Freud no livro *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, vamos empreender uma leitura do mesmo, valorizando os aspectos que, a nosso ver, dão corpo a uma perspectiva performativa da linguagem.

As divisões feitas no livro (lapsos de fala, de escrita, esquecimentos, equívocos na ação) são apenas descritivas e didáticas – todos são atos falhos e possuem uma identidade interna, o que, segundo Freud, é indicado pela própria língua alemã – todos começam com o prefixo “*ver*”⁴.

A explicação dada por Freud para estes fenômenos se baseia na tese do determinismo psíquico, segundo a qual

Certas insuficiências de nosso funcionamento psíquico (...) e certos desempenhos aparentemente não intencionais, revelam, quando a eles se aplicam os métodos de investigação psicanalítica, ter motivos válidos e ser determinados por motivos desconhecidos pela consciência. (Freud, 1996[1901], p.237)

Assim, não haveria no psiquismo nada que fosse arbitrário ou indeterminado, sendo o ato falho considerado mais um efeito da atividade do inconsciente. Em uma das passagens do texto Freud diz que é preciso “(...) preparar o terreno para o pressuposto necessário da existência de processos anímicos inconscientes, mas ainda assim eficazes”. (Freud, 1996[1901], p.266)

O texto sobre ato falho parece ser o momento mais nítido em que Freud atenta para a ação que a fala realiza. Talvez seja o exemplo que melhor ilustre, na psicanálise, a idéia da linguagem como ação. Acreditamos que apoiados pela teoria dos atos de fala de Austin, podemos enriquecer a maneira de conceber este fenômeno lingüístico, sem desconsiderar as postulações freudianas – muito pelo contrário, pois é delas que partiremos.

⁴ O prefixo “*ver*” em alemão se assemelha ao prefixo “*mis*” em inglês, que indica alguma ação equivocada. Por exemplo, “*misread*”(ler erroneamente).

No trabalho terapêutico, para resolver e eliminar sintomas neuróticos Freud se depara com a tarefa de descobrir pelos *ditos* e *associações* aparentemente casuais dos pacientes, conteúdos de pensamento que se esforçam por permanecer ocultos, mas que, não obstante, denunciam-se inadvertidamente de várias maneiras. Uma das maneiras mais comuns são os lapsos da fala. Portanto, tanto a clínica psicanalítica se apóia na fala como seu mais importante recurso, como o inconsciente através dela encontra mais uma forma de atuar, sempre em busca de satisfação.

Seguindo os objetivos de nosso trabalho, daremos maior atenção aos lapsos da fala, pois através deles a linguagem exhibe claramente sua performatividade.

Os lapsos da fala, segundo Freud, podem possuir dois modos de formação: 1- a perturbação da fala que se manifesta no lapso pode ser causada pela influência de outro componente do mesmo dito (por antecipação ou preservação do som) ou por outra formulação das idéias contidas na frase ou no contexto que se tenciona enunciar; 2- a perturbação pode resultar de “influências externas à palavra, frase ou contexto e provir de elementos que não se pretende enunciar e de cuja excitação só tomamos conhecimento justamente através da própria perturbação”. (Freud, 1996[1901], p.69) Em comum, existe o fato da simultaneidade da excitação e o que diferencia é situar-se a origem da perturbação dentro ou fora da frase ou contexto.

Difícilmente alguma perturbação da fala se deva exclusivamente ao que Wundt chamou de “efeito de contato dos sons” ou apenas à desatenção. Freud sempre aponta uma influência perturbadora que provém de algo externo ao enunciado pretendido. Tal influência permanece inconsciente, mas manifesta-se no lapso. Todavia, geralmente só ascende à consciência por uma análise posterior e detalhada.

Vale aqui uma rápida digressão para comentar a interessante análise que Mezan (1998) faz ao considerar que a desqualificação da atenção como elemento de produção dos atos falhos é mais uma prova do antiempirismo de Freud. Isto porque, de acordo com uma tese empirista, a atenção seria a mola mestra da experiência: sendo o sujeito tabula rasa e o objeto exterior a ele, a inscrição do objeto no sujeito se explica pela atenção. A noção de experiência muda

completamente de sentido se pensada pela ótica da psicanálise, para a qual o sujeito é sujeito do inconsciente, constituído pelo desejo.

Como vimos, Austin aponta um conjunto de coisas que fazemos ao dizer algo: realizamos um ato locucionário (dizer algo com determinado sentido e referência, ou seja, algo que tenha significado); realizamos um ato ilocucionário (dizer algo que tem uma força, sendo sempre convencional); realizamos um ato perlocucionário (produzidos porque dizemos algo, o ato de dizer algo produz efeitos sobre o ouvinte). O autor diz:

Todas essas três classes de “ações” estão sujeitas, simplesmente por serem ações, às dificuldades e reservas costumeiras que consistem em distinguir uma tentativa de um ato consumado, um ato intencional de um não-intencional, e coisas semelhantes. (Austin, 1990, p.95)

Já que os atos destes três tipos consistem na realização de ações, é necessário levar em conta os males que podem afetar toda e qualquer ação. Devemos estar preparados sistematicamente para distinguir entre ‘o ato de fazer x’, isto é, realizar x, e ‘o ato de tentar fazer x’. Por exemplo, devemos distinguir entre prevenir e tentar prevenir. Aqui cabe estar preparado para encontrar infelicidades. (...) Já que os nossos atos são atos, sempre temos que nos lembrar da distinção entre produzir efeitos ou conseqüências que são intencionais ou não intencionais; e entre (I) quando a pessoa que fala tenciona causar um efeito que pode, contudo, não ocorrer e (II) quando a pessoa que fala não tenciona causar um efeito ou tenciona deixar de causá-lo e, contudo, o efeito ocorre. Para enfrentar a complicação (I) invocamos, como já fizemos, a distinção entre tentar e conseguir; para enfrentar a complicação (II) invocamos os recursos lingüísticos normais para negar nossa responsabilidade (advérbios como ‘não intencionalmente’ e outros), disponíveis para uso individual em todos os casos de realização de ações. (Austin, 1990, p.93)

A constatação de que as declarações também estão expostas às infelicidades, ou seja, a falhas ou tropeços, serviu a Austin como mais uma atestação de que a linguagem é toda ela performativa, pois através desses “erros” diferentes atos de fala são realizados. “Suponhamos que alguém ‘diga algo que realmente não quis dizer’- use a palavra errada – diga ‘o gato está sobre o tapete’ quando queria dizer ‘pato’”. (Austin, 1990, p.114) A discussão destes tipos de infelicidades, não deve se pautar em termos de significado ou referência, pois o que deve ser examinado não é apenas a sentença em si, mas o ato de emitir um proferimento numa situação lingüística; ou seja, declarar é realizar um ato.

Através destas colocações que colhemos do pensamento de Austin, podemos esboçar uma aproximação destas suas considerações com os atos falhos para a psicanálise. Diante destas considerações podemos dizer que os atos falhos

são ações, são fazer algo com a fala, enfatizando a concepção da fala como ato. Para Freud, os equívocos possuem um significado psicológico e, portanto, merecem ter reconhecido o seu valor de ato.

Dos vários exemplos que encontramos em *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, percebemos esta característica: o desconcerto, a surpresa, a vergonha ou até mesmo a hilaridade são efeitos certos dos deslizamentos da fala. Estas reações mostram que o inconsciente interveio.

Um exemplo de troca de palavras fornecido por Meringer (1900), é muito interessante:

É provável, que ainda se recorde a maneira como, não faz muito tempo, o presidente da Câmara de Deputados do Parlamento austríaco *abriu* a sessão: ‘Senhores Deputados; constato a presença dos membros dessa casa em *quorum* suficiente e, portanto, declaro *encerrada* a sessão!’. (Freud, 1996[1901], p.72 – grifos no original)

A explicação dada pelo autor foi que é muito freqüente permutar entre si palavras de sentido oposto, pois elas estão associadas em nossa consciência lingüística; sem dúvida o presidente desejava secretamente encerrar a sessão, da qual pouco havia de bom a esperar.

Segundo os conceitos de Austin, tanto abrir como encerrar uma sessão são atos de fala exercitativos, mas cada um realiza ações bastante diferentes. O presidente, imbuído de seus poderes, pretendia abrir a sessão, mas ao invés disto, declara-a encerrada. Provavelmente os ouvintes (deputados), assim como o próprio presidente, imediatamente perceberam o “erro” e o corrigiram, sem maiores conseqüências. Já um ato falho que ocorre durante uma sessão analítica, ganha uma outra conotação do que aqueles que se dão em nosso dia a dia, pois a escuta do analista não se contenta em tomá-lo como mero efeito de desatenção, mas concede-lhe o valor de ato.

Outra característica que demonstra ser mais uma evidência de que a fala não é pura descrição ou pura expressão de um pensamento (consciente), como defendia a perspectiva clássica de linguagem, também pode ser viabilizada pelo viés dos atos falhos. Freud mesmo atenta para isso ao dizer: “É freqüente a situação em que a idéia que se quer reter é precisamente a que se impõe sob a forma de um lapso da fala”. (Freud, 1996 [1901], p.77) Muitas vezes dizemos coisas que não queríamos, ou melhor, que não tínhamos a intenção de dizer. A

própria atividade da fala pode nos trair, ou seja, trair nossas intenções egóicas, pois não temos total controle sobre ela. Os atos falhos não correspondem a uma decisão consciente: “o ato se dá à revelia do sujeito, ele se vê desalojado de uma posição em que se sente no controle, decidindo sobre o que faz”. (Rudge, 1998, p.128) Através de lapsos acabamos por fazer ou provocar coisas diferentes, que não tencionávamos.

Com assombro, observa-se então como o texto de uma afirmação anula a intenção dela e como o lapso da fala expõe uma insinceridade interna. O lapso transforma-se aqui num meio de expressão mímica – freqüentemente, decerto, a expressão de algo que não se queria dizer: torna-se um meio de trair a si mesmo. (Freud, 1996[1901], p. 97)

A concepção de lapsos da fala apresentada na *Psicopatologia* se refere desde os erros mais triviais, até os mais notáveis. As leis que os regem independem do material lingüístico utilizado ou de que língua se trate, isto é, abrange o ato de falar de forma geral. Além disso, podemos deduzir uma visão de linguagem que, no mínimo, pode ser considerada avançada para a época, quando Freud pontua que as perturbações da fala não incidem apenas na palavra isolada, mas também podem incidir no ritmo e na enunciação do dito, ou seja, não se restringe ao aspecto locucionário do ato de fala, mas também pode afetar o aspecto ilocucionário. Quando, por exemplo, vamos fazer um pedido a alguém e a fala sai de uma maneira ríspida, constituindo-se como uma ordem; ou quando queremos afirmar algo, mas nossas próprias dúvidas e inseguranças nos fazem gaguejar e quase não conseguimos falar. Para Freud, estes casos também são frutos de um conflito interno que nos é denunciado pela perturbação da fala.

Freud amplia ainda mais este princípio elucidativo, demonstrando que ele pode ser utilizado até mesmo para avaliar o estilo de um autor.

A maneira clara e inambígua de escrever mostra-nos que o autor está de acordo consigo mesmo; quando encontramos uma expressão forçada e retorcida, que, segundo o apropriado dito, aponta para mais de um alvo, ali podemos reconhecer a intervenção de um pensamento insuficientemente elaborado, complicado, ou escutar os ecos velados da autocrítica do autor”. (Freud, 1996[1901], p.110)

Na seção dedicada aos equívocos na ação Freud ressalta as seguintes características: eles sempre têm uma intenção, um sentido e atingem seu objetivo com infalibilidade. No entanto, esta intenção é inconsciente e só poderá ser analisada após a ocorrência do ato. Eles se manifestam como uma perturbação de

outros atos tencionados, por exemplo, tentar pegar algo e deixar quebrar; ir cumprimentar alguém e “sem querer” derrubar-lhe uma taça de vinho etc. Até mesmo cair, dar um passo em falso e escorregar, pode não se tratar de meros acidentes, e Freud chega a dizer que o próprio duplo sentido que a linguagem confere a essas expressões indicam o tipo de fantasias que se podem representar por meio desses desequilíbrios corporais.

Por este viés das ações equivocadas podemos deduzir que não só a linguagem assume um valor de ato na teoria freudiana, como as ações também adquirem um sentido, compondo também o domínio da linguagem. “A linguagem está envolvida na ação como o campo que permite que uma ação, tal como o tagarelar do movimento dos dedos, equivalha a uma fala”. (Rudge, 1998, p.126)

Percebemos também de forma bastante clara o valor dado ao contexto para a construção do sentido de algo, o que demonstra que para Freud a significação era, tal como para Austin, relativa ao contexto: “Os atos estabados de modo algum têm um sentido constante, mas servem como meio de representar esta ou aquela intenção conforme as circunstâncias”. (Freud, 1996[1901], p.177) O sentido, portanto, não é fixo, nem determinado; vai depender das circunstâncias, até mesmo em atos estabados.

Freud dá exemplos dele próprio, quando sacava as chaves de sua casa ao chegar nas casas de alguns pacientes. Isto ocorria nas casas de cujos pacientes ele mais se afeiçoava, sendo equivalente ao pensamento: “Aqui me sinto em casa”. (Freud, 1996[1901], p.168)

Jones (1911), também fornece exemplos de situações envolvendo o uso de chaves. Quando está em casa e é convocado a ir ao hospital contra sua vontade para alguma tarefa de rotina, é provável que utilize a chave da escrivaninha de casa ao tentar abrir a porta de seu laboratório – este equívoco demonstra onde ele queria estar naquele momento. Aqui notamos que o mesmo tipo de equívoco adquire diferentes significados dependendo do contexto em que ocorre, pois o próprio Jones passou por uma situação onde se viu tentando abrir a porta de uma instituição (da qual ocupava um cargo inferior e por isso deveria tocar a campainha) com as chaves de casa – este equívoco revelou seu desejo de poder sentir-se em casa ali.

Todo ato falho pertence ao campo da linguagem. No capítulo dedicado aos “erros”, Freud aponta que tanto nos erros de memória, como nos lapsos de

fala ou de escrita, houve alguma perturbação devida a processos psíquicos situados fora de nossa intenção consciente. Diz Freud: “Somente a complacência do material lingüístico é que possibilita a determinação dos erros e, ao mesmo tempo, marca seus limites”. (Freud, 1996[1901], p.221).

Uma importante nota de rodapé acrescentada por Strachey remete aos diferentes lugares em que Freud comenta a característica de plasticidade da linguagem. Um destes momentos é no livro sobre os chistes, quando, falando a respeito do trocadilho ele escreve: “As palavras são um material plástico com o qual *se pode fazer toda sorte de coisas*”. (Freud, 1996[1901], p.48 – grifos nossos) Através da fala podemos afirmar, negar, convencer, enganar, insultar, apostar, batizar, contar uma história ou uma piada etc. Ao nos depararmos com esta passagem foi impossível deixar de lembrar o título do livro de Austin: *How to Do Things with Words*, ou seja, “como fazer coisas com palavras”, o que mostra que ambos os autores, apesar de pertencerem a campos teóricos distintos e a épocas diferentes apresentam algumas ressonâncias na forma de considerar a linguagem.

Psicopatologia da Vida Cotidiana é recheado de exemplos de atos falhos, dos quais podemos citar mais alguns a título de ilustração:

- “Uma jovem senhora que costumava dar as ordens em casa contou-me que o marido, adoentado, fora ao médico para saber que tipo de dieta deveria seguir. O médico, entretanto, disse-lhe que não se importasse com isso. ‘Ele pode comer o que *eu* quiser’, concluiu ela”. (Freud, 1996[1901],p.82)
- um professor, conhecido por sua presunção, após uma aula bastante complicada à qual todos os alunos afirmaram ter compreendido, disse: “Mal posso acreditar nisso, pois mesmo em Viena, com seus milhões de habitantes, os que entendem das cavidades nasais podem ser contados *num dedo*, quero dizer, nos dedos da mão”. (Freud, 1996[1901],p.90)
- “Em outra ocasião, disse o mesmo professor: ‘No caso dos órgãos genitais femininos, apesar de muitas *Versuchungen* [tentações] – perdão, *Versuche* [tentativas]...’ (Freud, 1996[1901], p.90)

Os exemplos compilados no livro foram retirados de experiências do próprio Freud (sejam autobiográficas ou de pessoas de seu conhecimento) ou fornecidos por seus colegas. Eles têm em comum o fato de tratar da vida cotidiana das pessoas, o que é ressaltado pelo próprio autor.

Temo que todos os exemplos que apresentei até aqui pareçam simplesmente banais. Mas, afinal, só pode convir a meu objetivo esbarrar em coisas familiares a todos e por todos entendidas de igual maneira, já que só me proponho compilar material do cotidiano e aproveitá-lo cientificamente. Não vejo por que a sabedoria, que é o precipitado das experiências comuns da vida, deva ser excluída das aquisições da ciência. (Freud, 1996[1901], p.163)

Chegamos assim, como sugere o próprio título do livro, a uma fluidez da fronteira entre o normal e o patológico. Todas estas formulações sobre o ato falho, não se aplicam apenas aos neuróticos; muito pelo contrário podem ser aplicadas à fala de modo geral.

Apesar de não ter focado assuntos metapsicológicos, Freud postula que os mecanismos psíquicos de produção dos atos falhos se assemelham à formação dos sonhos e dos sintomas neuróticos. Estes fenômenos se devem a um material psíquico incompletamente suprimido que, apesar de repellido pela consciência, encontrou vias alternativas para se expressar. Cabe aqui uma breve consideração sobre a formação de compromisso, processo que encontramos na gênese destes fenômenos. O material que demonstra certa ameaça à consciência é dela repellido, recalcado, tornando-se inconsciente. Este material recalcado, através dos mecanismos de deslocamento e condensação, tem seu conteúdo alterado e o aspecto ofensivo atenuado, podendo, assim, passar pela censura e chegar à consciência. Como resultado são produzidos os sonhos, os atos falhos e os sintomas neuróticos.

O lapso é um compromisso entre o pensamento reprimido e a força repressora em que ambos são vencidos e vencedores: o pensamento reprimido só se manifesta distorcidamente e a força repressora apenas mascara seu fracasso. Mas a manifestação (embora deformada) e o mascaramento (ainda que parcial) são resultado de um conflito, em que, por assim dizer, os contendores terminaram empatados. (Mezan,1998, p.105)

Uma leitura diferenciada é sugerida por Rudge (1998) mostrando que se procurarmos as diferenças entre os atos falhos e os sonhos, ao invés das semelhanças perceberemos logo de cara que ao contrário dos sonhos os atos falhos têm domínio da motilidade e incidem diretamente sobre o social,

provocando efeitos e respostas diversas (desde perda de objetos, até reações enérgicas dos interlocutores que podem interpretar as intenções envolvidas nos atos falhos, mesmo que quem o comete não as reconheça como verdadeiras). A resposta interpretativa dos outros a estes atos é uma intermediação necessária “para a tomada de responsabilidade sobre os efeitos do ato e os impulsos que expressam”. (Rudge, 1998, p.125) A análise da intenção dos atos falhos (como dos atos de fala de forma geral) só pode ser feita *a posteriori*. “No momento em que ele se dá, é apenas algo da ordem do desastramento, equívoco ou erro”. (Rudge, 1998, p.129)

Na perspectiva freudiana, o sujeito deixa de ser o centro, a causa do ato de fala e passa a ser efeito desse ato. Não basta dizer que o ato falho é fruto de uma determinação inconsciente. É preciso considerar os elementos que estão em jogo na constituição de seu sentido: elementos intrapsíquicos (deslocamento e condensação) e extrapsíquicos (o sentido vai depender do contexto, assim como da própria reação dos interlocutores). Estes e os demais fatores que assinalamos até aqui, reforçam a leitura que estamos empreendendo da obra de Freud.

4.1.2

Fala perversa: uma fala em ato por excelência

Outra forma de aproximar a psicanálise e a filosofia da linguagem austiniana pode ser viabilizada por uma abordagem do discurso em jogo na perversão. Talvez um dos facilitadores de tal aproximação seja o fato de que no discurso perverso torna-se mais transparente a questão do desejo e da transgressão no cerne da linguagem, enfatizando seu aspecto de vínculo social. É o que fez, por exemplo, Felman (1980) ao abordar a perversão da linguagem como um forma de “parasitar o performativo”, um abuso do performativo da maneira como foi definida por Austin.

O enfoque que queremos dar a perversão não se limita de modo algum, ao comportamento sexual. Também não a localizamos como uma estrutura clínica fixa e bem delimitada, pois além da dificuldade de sustentar teoricamente tal postura (Berendonk; Rudge, 2002), até mesmo sua validade pode ser questionada. Nossas intenções não são diagnósticas. Parece-nos muito mais vantajoso para a clínica, que pensemos em termos de uma dinâmica perversa ao invés de uma

estrutura. Até porque muito do que é dito das características do perverso, pode pertencer também a um neurótico ou psicótico. Enfim, parece mais coerente pensarmos em termos de traços perversos, atos perversos, dinâmica perversa, estilo perverso, e não da perversão como uma entidade.

O terreno da perversão é de enorme abrangência, podendo estar presente em todas as relações sociais do sujeito. Quando dizemos “todas as relações” não se trata de um exagero de nossa parte: podemos encontrar um componente perverso em relações familiares, amorosas, profissionais, religiosas, enfim, de todos os tipos.

A psicanálise apresenta como uma marca do perverso sua extrema habilidade em provocar angústia no outro (Lacan, 1962/63); esta é uma forma engenhosa dele se livrar de sua própria angústia. Podemos dizer que este mecanismo de defesa se assemelha muito à identificação projetiva, isto é, ele projeta uma parte de si (sua angústia) no outro, fazendo com que o outro fique angustiado e ele se livre dela. Assim, ele consegue se manter num lugar de triunfo, de superior. Esse efeito não é obtido apenas nas relações sexuais, como no caso do sadismo, por exemplo. Pode-se obter tal efeito até mesmo numa conversa. Corroborando esta idéia, escreve André,

(...) estou convencido de que existe uma maneira perversa de enunciar a fantasia (...). A perversão, em suma, é uma questão de estilo. Com isso quero dizer que é em sua própria fala que o perverso começa a atuar. (André, 1995, p. 43)

É justamente por este viés que perversão e linguagem podem ser articuladas. Esta parece ser uma forma bastante promissora de análise da perversão e que pode fornecer contribuições valiosas para a prática clínica. Uma pessoa pode fazer um uso extremamente perverso da linguagem, não importando aí qual a sua classificação em termos de diagnóstico.

Falando em termos austinianos, podemos dizer que a “fala perversa” é extremamente performativa, ou seja, é uma fala que faz, é uma linguagem-ato. Um dos grandes feitos das idéias de Austin é que elas remetem a uma ética do discurso, do diálogo. Não existiriam regras metalingüísticas pairando sobre a língua, determinando um modo certo ou errado de um diálogo, mas apenas condições de felicidade, todas remetidas à dimensão de ato da fala. No caso da promessa, exemplo paradigmático, assumimos perante nosso interlocutor um

papel de devedores (caráter contratual dos atos de fala) e este, seguindo a “ética do discurso” poderá nos cobrar por isso. Como o próprio autor diz,

(...)pode ocorrer, nos casos de implicação lógica, que a maneira pela qual uma sentença implica outra seja semelhante à maneira pela qual ‘Prometo’ implica logicamente ‘Devo’. (...)Uma asserção nos compromete com outra asserção e uma realização nos compromete com outra realização. (Austin, 1990, p.56)

Essas “regras austinianas” não foram criadas para serem entendidas e cumpridas como leis do discurso, mas apenas como um critério de análise da fala enquanto ato. Todos nós, seres falantes, estamos familiarizados com certas transgressões destas “condições austinianas” para performativos felizes. Muitas delas, de tão freqüentes, acabaram se tornando convencionais e contribuindo para o convívio social, como é o caso de prometer visitar um amigo que não se vê há muito tempo, já sabendo que não vai cumprir (o que seria um caso de *insinceridade*). Este ato de fala acabou se transformando em um sinal de cortesia entre amigos. Austin, talvez dissesse que este ato deixou de pertencer à família dos comissivos (referentes a compromissos), passando a ser apenas comportamental.

Contudo, existem pessoas capazes de certas “artimanhas” com as palavras que chamam nossa atenção. Elas realizam um tipo de jogo com a linguagem que, geralmente, produz efeitos nos que estão a sua volta. Vamos esboçar agora algumas características deste “tipo” de jogo com as palavras.

Concordando com a colocação de André (1995) de que é pela palavra que o perverso começa a atuar, apontamos que esta é uma fala repleta de performatividade. Isto pode ser dito baseado nos efeitos que ela é capaz de produzir nos outros. Não é qualquer tipo de fala que tem força capaz de deixar o outro angustiado, amedrontado, inferiorizado, deprimido, ou até mesmo perdidamente apaixonado.

Aproximamo-nos, assim, do terreno da sedução. Convoquemos, portanto, o grande mestre nesta arte:

Há uma doçura extrema em dominar, com cem ou mil galanteios, o coração de uma jovem esplêndida, vendo, dia a dia, o progresso de nossa penetração... em sua ânsia. Invasão, com lances de arrebato, prantos e promessas, o pudor inocente de uma alma e vendo-a, aos poucos, perdendo qualquer vontade de se defender. (Molière, tradução de Millôr Fernandes, 2002, p.13)

Estas são palavras de Don Juan, personagem principal da peça de Molière escrita no século XVII. Através da atuação deste verdadeiro conquistador, somos reconduzidos a uma discussão sobre a promessa. A arma de Don Juan é, evidentemente, sua fala; por meio de palavras ele executa sua sedução de forma infalível: quando fala, ele não falha.

Soshana Felman (1980) chega a dizer que se trata de uma peça sobre a promessa. A autora, tendo como pano de fundo a teoria dos atos de fala de Austin desenvolveu uma análise desta obra, procurando mostrar como podemos encontrar nela duas concepções distintas de linguagem: uma constatativa e outra performativa. Enquanto a maioria dos personagens compartilha uma visão constatativa, estando, portanto, sempre preocupados com a veracidade ou falsidade do que está sendo dito, Don Juan estaria mergulhado na performatividade. Para ele dizer é fazer e fazer é fazer crer:

Mas será que nenhuma das duas sabe o que é, ou significa, uma promessa, sem que eu tenha que explicar? Por que me obrigar – sinto-me bem constrangido! – a repetir tudo que já disse anteriormente? (...) Discursos, explicações, palavras – isso em nada adianta. Se você crê em minha promessa, nenhuma repromessa é necessária. Se já não crê, que adianta eu te milprometer? (Molière, tradução de Millôr Fernandes, 2002, p. 52)

Podemos dizer que Don Juan perverte a promessa do ponto de vista austiniano, já que apesar de abusar da performatividade da fala, ele transgredir, ou melhor, simplesmente passa por cima da dimensão contratual que ela implica. Mas da perspectiva do próprio Don Juan, ele não mente jamais: apenas brinca com o caráter auto-referencial dos enunciados performativos em seu discurso sedutor.

O interesse de abordar a perversão através dessa perspectiva da linguagem, como propõe Felman, é seu uso como mais uma ferramenta clínica, já que atentos para o efeito na clínica de uma fala perversa, mais pelo que ela faz do que pelo que relata, isto pode servir de impulso para uma clínica da perversão, muitas vezes considerada como impossível.

5

Sobre os atos de fala do analista

Às vezes, acho que você não sabia bem onde ia dar, mas tinha de fazê-lo, era o momento exato. O fato é que seu ato mudou o curso de minha análise. Nada mais do que eu falava antes me toca; passei um tempão me perguntando quais teriam sido suas intenções, desisti, deixei de procurar compreender o que se passa na sua cabeça, é um enigma. Antes, eu tinha uma lógica, agora tenho de elaborar do nada, não tenho nenhuma pista de onde partir. (Zalcborg, 1990, p.81)

Para dar início a nossa discussão sobre a interpretação psicanalítica, detenhamo-nos um pouco sobre este trecho acima, uma passagem de um caso clínico relatado por Zalcborg em um artigo intitulado “O psicanalista e seu ato”. As percepções deste analisando quanto à sua própria análise deixam transparecer de forma simples e clara a singularidade do ato realizado pelo analista na clínica. Essas percepções nos conduzem a um ponto que consideramos nodal em nosso trabalho: como definir o papel (ou a função) do analista em psicanálise? Esta pergunta não é nada simples. Percebemos que há uma certa dificuldade em respondê-la, até mesmo pelos próprios psicanalistas. Quando são convocados a isso, geralmente recorrem a conceituações teóricas ou a fragmentos de casos clínicos, como fizemos agora ao introduzir este tema. Nesses casos podemos perceber os “efeitos” da intervenção, mas não o ato do analista propriamente dito. Talvez tal dificuldade se deva justamente à natureza desse ato, que o mais das vezes é um ato de fala.

O quanto a definição do ato do analista aos moldes de um ato de fala pode contribuir para o esclarecimento do que ocorre na clínica psicanalítica?

Tentaremos esboçar ao longo deste capítulo uma resposta para esta questão. Com este objetivo vamos proceder inicialmente a uma circunscrição daquilo que ficou consagrado como o instrumento por excelência do analista – a interpretação – tendo como base a obra de Freud. Para tanto, nos apropriaremos também de outros autores que se dedicaram ao tema da interpretação psicanalítica.

5.1

Interpretação dos Sonhos: a base da técnica de interpretação em psicanálise

A obra freudiana, como sabemos, foi elaborada tendo por base sua experiência clínica. Através desta ele vai moldando e reformulando suas concepções teóricas, sendo tanto a técnica como a teoria psicanalítica frutos de uma prática. Somente este fato já atestaria a relevância de um estudo sobre a *interpretação* que sempre esteve no centro da experiência clínica freudiana. No entanto, nossos motivos são ainda maiores para nos deter sobre este ponto: em 1900, Freud diz com todas as letras que “ ‘interpretar’ um sonho implica atribuir a ele um ‘sentido’ ”(Freud,1996[1900],p.131) Mas como este sentido é formado? Como se chega a ele?

Para tratar da questão do sentido em psicanálise o primeiro fator que precisamos ter em mente é que o domínio do inconsciente sempre foi tratado por Freud como um lugar de superposições e rearranjos de sentidos, e não como um depositário de sentidos fixos e imutáveis. Isso já é delineado por ele antes mesmo do estabelecimento deste conceito de um ponto de vista propriamente psicanalítico. Estamos nos referindo a uma carta endereçada a seu amigo Fliess, a famosa carta 52:

...Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos a um *rearranjo* segundo novas circunstâncias – a uma *retranscrição*. (Freud, 1996[1896], p.281 - grifos no original).

Por isso, a interpretação não visa alcançar um sentido último, mas apontar sempre para um sentido novo, daí a colocação de que interpretar um sonho seria atribuir a ele um sentido. E é justamente neste ponto que reside o efeito propriamente terapêutico da interpretação: através da produção de novos sentidos o paciente consegue se desatar de seus sintomas.

A *Interpretação dos Sonhos* fornece o solo sobre o qual podemos calcar a técnica de interpretação construída por Freud. Segundo ele, o trabalho de interpretação segue as vias do trabalho do sonho, só que pelo caminho inverso. De forma sucinta, enfocaremos aqui os dois mecanismos fundamentais deste

trabalho: a condensação e o deslocamento.¹ Freud postula esses mecanismos partindo da forma assumida pelos sonhos, mas depois ele estende esse funcionamento a outras produções psíquicas, e passa a tomá-los como leis gerais do próprio inconsciente seja na formação de sonhos, sintomas, atos falhos etc.

É por meio destes mecanismos que o conteúdo latente dos sonhos (ou pensamentos oníricos) se transformam em conteúdo manifesto (aquilo que é lembrado).

Freud chega à inferência do mecanismo de condensação de maneira simples, pela observação de que “os sonhos são curtos, insuficientes e lacônicos em comparação com a gama e riqueza dos pensamentos oníricos”(Freud, 1996[1900], p.305) Se escrevermos um sonho num papel, diz ele, talvez ele ocupe meia página; se relatarmos a análise dos pensamentos oníricos a ele relacionados, ocupáramos várias páginas. Isso ocorre porque

cada elemento do conteúdo do sonho é ‘sobredeterminado’ pelo material dos pensamentos oníricos, podendo sua origem remontar a toda uma série deles. (...) O elemento onírico é, no sentido mais estreito da palavra, o ‘representante’ de todo esse material diverso no conteúdo do sonho. (Freud, 1996[1900], p.672)

Outro mecanismo de que se vale o trabalho do sonho para sua produção é o deslocamento: por conta desse processo uma intensidade psíquica ligada a um determinado pensamento se transfere para outros de menor importância. É por isso que muitas vezes temos nítidas recordações de fragmentos do sonho que nos parecem absurdos, sem sentido. Para Freud, este é o processo que mais dificulta o trabalho de ligação entre o conteúdo do sonho e os pensamentos oníricos.

São esses mecanismos que fundamentam o trabalho interpretativo, só que em outra direção, isto é, partindo daquilo que é trazido à tona pelo analisando (o conteúdo manifesto) deve-se visar os pensamentos latentes a ele relacionados. Isto caracterizaria então o trabalho de análise. No entanto, cabe aqui uma ressalva: “não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente”. (Freud 1996[1912], p.126) Essa é uma das importantes recomendações de Freud em seus artigos sobre a técnica psicanalítica. Daí o conselho de que o analista mantenha uma atenção flutuante como

¹ Os demais mecanismos apresentados por Freud (considerações à representabilidade e elaboração secundária) por se referirem mais especificamente aos sonhos não serão explorados aqui, pois fugiriam ao escopo deste trabalho.

convencionou-se chamá-la. Portanto, não existe um significado prévio do sonho e por esse motivo a interpretação não pode ser nem “pré-moldada”, nem reproduzida, já que sempre está vinculada ao que o analista “escuta” em determinado momento, ao material atual, aquilo que se acha presente na superfície da mente do paciente.

No entanto, Freud nos adverte que este trabalho interpretativo sempre esbarra em um limite que é denominado por Freud como “umbigo do sonho”: “existe pelo menos um ponto em todo sonho ao qual ele é insondável – um umbigo, por assim dizer, que é seu ponto de contato com o desconhecido”. (Freud, 1996[1900], p.145) Isso significa que a interpretação nunca é unívoca e completa, apresentando limites e um inacabamento intrínseco. A partir disso, podemos inferir que toda interpretação sempre envolverá uma dimensão criativa, mas sempre referida à cadeia associativa do analisando e ao momento específico do tratamento.

A interpretação psicanalítica possui uma especificidade: ela se caracteriza como uma produção teórica e metodológica original, ao pretender possibilitar ao sujeito uma resignificação de sua história, visando sempre seu desejo inconsciente. Afasta-se assim dos modelos de interpretação utilizados tradicionalmente pelo senso comum, pois apesar de ambos partilharem a existência do postulado do sentido, a interpretação freudiana estabelece uma relação dialética entre sujeito e sentido.

Freud em 1900, preocupado em estabelecer uma nova técnica de interpretar os sonhos que se adequasse às premissas psicanalíticas, se contrapõe aos métodos utilizados pelo senso comum – a interpretação simbólica e o deciframento.

O método do deciframento é o que mais se aproximaria dos objetivos psicanalíticos se comparado à interpretação simbólica, porém, como pontua Birman

Sua superioridade inicial face ao método da interpretação simbólica, assinalada pela substituição de um sentido único totalizante por uma *diversidade de núcleos de significação* e indicada pela representação do sonho como sendo um *tecido articulado de signos*, se fecha imediatamente num universo restrito e predeterminado de sentido, pois se supõe neste caso um esquema fixo de significações, ou uma ‘chave dos sonhos’ conforme a caracterização de Freud”. (Birman, 1991,p.78 – grifos no original)

Freud adota, então, uma posição inovadora batizada por Birman de *método psicanalítico de deciframento* ou *deciframento psicanalítico*, adequado ao novo objeto de investigação que estava sendo construído,

pois nele o ato da interpretação se desloca da ‘intuição’ e da ‘engenhosidade’ fluidas do intérprete para a solidez do instrumento metodológico. Além disso, ao considerar o sonho como uma tessitura multifacetada de signos – sem atribuir a ele, *a priori*, um sentido totalizante -, pressupõe que sua estrutura seja análoga à de um texto, reencontrando assim a linguagem, paradigma do sentido por excelência. (Birman,1991,p.79)

Nesse novo método, as possibilidades de sentido são ilimitadas, podendo fazer frente à diversidade e singularidade dos sujeitos. Freud parte da hipótese da existência de sentido na realidade psíquica e, por isso, toda interpretação atua sobre outras interpretações já construídas pelo próprio sujeito. Quando um analisando conta um sonho, o sentido que vai dando a ele já é uma interpretação sua sempre relacionada a seu desejo. Freud vai mais além e diz que a própria narrativa onírica, isto é, as imagens do sonho, já constituem uma interpretação. Sendo assim, Foucault tem razão ao dizer que “não há nada absolutamente primário a interpretar, porque no fundo já tudo é interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos”. (Foucault, 2000 [1975], p.57) Esta seria uma das marcas interpretação freudiana.

Inclusive Freud, não interpreta símbolos, mas interpretações. Com efeito, porque sob sintomas, que é que descobre Freud: não descobre, como é vulgar dizer-se, ‘traumatismos’, antes rouba à luz do dia fantasmas, com a sua carga de angústia, ou seja, um emaranhado cujo ser próprio é fundamentalmente uma interpretação. (...) É pelo que Freud interpreta, a linguagem dos seus doentes, o que eles lhe oferecem como sintomas; a sua interpretação é uma interpretação de uma interpretação, nos termos em que esta interpretação for dada. É sabido que Freud inventou o ‘superego’ no dia em que um doente lhe disse: ‘eu sinto um cão em cima de mim’. (Foucault, 2000 [1975], p.58)

Isso faz com que a interpretação remeta sempre a outra, constituindo-se como um *processo* infinito e não como um ato pontual que pretenda em si mesmo a totalização do sentido.

A inovação fundamental introduzida por este método de deciframento é que, no procedimento das associações livres, cada passagem de um elemento a outro, cada percurso no deslizamento minucioso através dos detalhes, cada caminho aberto nas ramificações das diversas cadeias associativas, é o próprio *trabalho de interpretação*. (Birman, 1991, p. 82 – grifos no original)

Partindo desse princípio, o analisando é necessariamente um intérprete e não um objeto passivo aguardando a próxima intervenção; o trabalho analítico se dá necessariamente em conjunto, intersubjetivamente. O analisando participa ativamente do trabalho de interpretação através de suas associações. A referência desta fala guiada pela regra fundamental deve ser a realidade psíquica; o analisando deve dizer tudo o que lhe vem a cabeça e o analista deve valorizar tudo “mesmo o que é considerado secundário para a concepção de verdade no registro da realidade material”. (Birman, 1991, p.82)

A especificidade do deciframento psicanalítico também pode ser destacada contrapondo-o à técnica de interpretação simbólica. Quando se dedicou, por exemplo, aos “sonhos típicos” Freud fez uso desta técnica, embora de forma diferente da utilizada pela tradição popular, pois se tratava de articular a universalidade simbólica (que transcende a singularidade subjetiva) e o modo como ela incide em cada sujeito em particular.

No entanto, assim como fez com o deciframento, Freud imprimiu a sua marca também neste método; sua ligação com a interpretação simbólica fê-lo se interessar cada vez mais pelo significado das palavras e principalmente por sua *polissemia*, o que não era valorizado no uso tradicional deste método (Birman, 1991).

5.2

A configuração do contexto analítico

Ao longo do percurso freudiano podemos depreender diversas maneiras de definir o conceito de interpretação. Isto, de forma alguma, expressa algum tipo de “confusão de idéias”, mas aponta os diferentes usos que este conceito técnico vai assumindo ao longo da obra. Paralelamente a essas diferentes formas de definição o ato desempenhado pelo psicanalista e a própria configuração do contexto analítico como um todo vão sofrendo remodelações, já que a interpretação psicanalítica só pode ser pensada no conjunto do dispositivo analítico inventado por Freud. Acompanhem algumas dessas transformações.

No artigo “O Inconsciente” de 1915 foram levantadas hipóteses na tentativa de dar conta de como uma representação inconsciente se transforma numa consciente, ou dito de outro modo, como é feita a passagem do registro do sistema inconsciente para o sistema pré-consciente/consciente. Uma destas hipóteses é a da dupla inscrição, que se pautava numa perspectiva topográfica; haveria a mesma inscrição em duas localidades diferentes. Outra hipótese apresentada é a funcional, segundo a qual a passagem inconsciente/consciente se daria por uma transformação no estado da inscrição e não pela realização de uma inscrição nova, dando relevância à dimensão econômica do processo de transformação. Não basta dizer algo ao analisando; é preciso que este reviva no espaço analítico as situações inscritas, para que estas possam adquirir a dimensão da palavra. Esta importância da “revivência” já fora referida desde a época da cura catártica, com o conceito de *ab-reação* afetiva para a resolução da experiência traumática. Mas, com a consolidação e domínio do conceito de *transferência* no cenário analítico, esta exigência se estabeleceu de uma vez por todas.

Finalmente a hipótese mais consistente é apresentada: a representação de objeto consciente se comporia da representação de coisa mais a representação de palavra, enquanto na representação inconsciente só haveria a representação de coisa, ou seja, a representação de coisa estaria desligada da representação de palavra.

Essa última hipótese é contemporânea ao artigo técnico “Recordar, Repetir e Elaborar” de 1914, que enfatiza a necessidade de elaboração para que a articulação entre a representação de coisa e a representação de palavra possa se dar. Neste artigo aparece pela primeira vez a idéia de “compulsão à repetição” (Freud, 1996[1914], p.166). Durante o tratamento, o paciente não recorda simplesmente algo que esqueceu, mas atua-o, isto é, repete-o sem saber que está repetindo. Por exemplo, “o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira para com o médico”. (Freud, 1996[1914], p.165) Geralmente o início do tratamento é marcado por uma repetição desse tipo e durante o mesmo o paciente não escapa dessa compulsão a repetir. O instrumento utilizado pelo analista para transformar essa repetição em recordação reside no manejo da transferência. Por meio dela o analista será capaz de revelar ao paciente suas resistências; mas o trabalho não se encerra aí. A novidade introduzida neste artigo é justamente a necessidade de dar ao paciente um tempo para que se familiarize com sua resistência, “para *elaborá-la*, para superá-la, pela continuação, em desafio a ela, do trabalho analítico segundo a regra fundamental da análise”. (Freud, 1996[1914], p.170 – grifo no original)

Pelo trabalho de *elaboração* a representação de coisa vai sendo ligada em representação de palavra, através das cadeias associativas resultantes do trabalho do analista sobre as resistências. Assim, a compulsão à repetição vai dando margem à sucessivas interpretações na transferência que, por sua vez, desencadeiam novas associações por parte do analisando e deste modo, o papel da linguagem se destaca mais uma vez na obra freudiana, pois é através dela que as mudanças se desencadeiam, como é assinalado pelo próprio Freud:

Essa elaboração das resistências pode, na prática, revelar-se uma tarefa árdua para o sujeito da análise e uma prova de paciência para o analista. Todavia, trata-se da parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente e que distingue o tratamento analítico de qualquer tipo de tratamento por sugestão. (Freud, 1996[1914], p.171)

No trabalho de 1923, *O Ego e o Id*, marca de estabelecimento da segunda tópica, Freud retoma a temática da representação de objeto consciente e inconsciente. Rudge (1998) mostra como o trabalho analítico neste momento se caracterizava por fornecer, através das interpretações, “elementos verbais como membros intermediários de ligação (*Mittelglieder*) pré-conscientes que entrem em contato com as representações de coisa”. (Rudge, 1998, p.85) Enfatiza-se mais uma vez o papel da linguagem pois é através dela “que o pulsional, originalmente ‘isso’, é incluído na esfera do eu”. (Rudge, 1998, p.85)

O contexto analítico se configura, assim, como um lugar onde tanto a fala quanto a escuta adquirem contornos especiais capazes produzir efeitos no analista e no analisando. Isso faz com que os conceitos de interpretação, associação-livre e transferência reforcem ainda mais a legitimidade da conexão entre a psicanálise e a visão performativa de linguagem.

5.3

Interpretações e Construções em Análise

Quando a psicanálise se defronta com a pré-história do sujeito, formada sob o recalque originário, o analista recorre à técnica da construção, uma estratégia metodológica complementar à interpretação, mas com algumas diferenças.

A construção é uma narrativa em que histórias referentes à vida do analisando são recontadas a partir do saber que se construiu na experiência analítica. Ela é uma criação pelo analista e analisando de algo novo, até então inexistente no campo da realidade psíquica do analisando, que passa a existir a partir dessa experiência. Se quisermos deduzir algum valor de verdade de uma construção, trata-se de uma verdade da subjetividade, inscrita fundamentalmente no registro do mito e não da factualidade. “Com isso, evidentemente, se explicita também que, em psicanálise, a verdade do sujeito é a *verdade simbólica*, correlata de uma *história mítica do sujeito*”. (Birman, 1991, p.89 – grifos no original)

No entanto, contrapor interpretação e construção como se a primeira visasse a rememoração de algo por parte do analisando, e a construção fosse uma criação, não parece ser muito eficiente. Se uma interpretação toca em coisas do passado é devido aos efeitos que foram produzidos por ela, mas não que este seja seu alvo. Até porque o próprio Freud faz, em um de seus últimos trabalhos, uma equiparação entre a rememoração de uma lembrança e a convicção do analisando despertada por uma construção, pois no processo de análise uma conjectura do analista pode se transformar em convicção do paciente. Freud confere a ambas o mesmo valor psíquico.

O caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do paciente, mas nem sempre ele conduz tão longe. Com bastante frequência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido. Em vez disso, se a análise é corretamente efetuada, produzimos nele uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança recapturada. (Freud, 1996[1937], p.284)

Posição semelhante temos quanto à avaliação da veracidade de uma interpretação ser feita pela rememoração do analisando e concordamos com a colocação de Rudge (1990), segundo a qual

Se o inconsciente não é saber em palavras, não há palavras a serem reencontradas pelo analista em sua interpretação. A interpretação psicanalítica não traduz um pensamento ou um texto inconsciente; o critério de verdade como referido a uma ordem de correspondência da fala interpretativa com alguma inscrição previamente existente no inconsciente não pode se aplicar a ela. O desejo inconsciente, ‘verdadeira realidade psíquica’, é incognoscível. A interpretação só o toca pelos efeitos, é formulada para ‘produzir ondas’. (Rudge, 1990, p.119)

O critério de avaliação tanto da interpretação quanto da construção, qual seja, sua validação pela experiência transferencial e pelas associações que emergem como efeito das mesmas, nos parece adequado a todo tipo de intervenção em análise e apresenta grande semelhança ao critério utilizado por Austin para avaliação dos atos de fala: sua felicidade ou infelicidade, ou em outras palavras, sua eficácia. Esta, por sua vez, só podendo ser avaliada pelos efeitos produzidos.

5.4

A interpretação como perspectiva de mudança

Toda intervenção feita pelo analista tem em vista produzir efeitos no analisando; esta é a sua razão de ser. Partindo da premissa de que o sujeito que chega ou está em análise apresenta algum tipo de sofrimento, podemos dizer que, de modo geral, as intervenções do analista visam alterar esse quadro, por outras palavras, visam produzir mudanças no paciente. Na própria obra de Freud nos deparamos com essa temática: “pois uma psicanálise não é uma investigação científica imparcial, mas uma medida terapêutica. Sua essência não é provar nada, mas simplesmente alterar alguma coisa”. (Freud, 1996[1909], p.97)

Portanto, a interpretação psicanalítica não visa apenas uma busca infinita de um sentido último, mas uma transformação do sujeito de forma que ele deixe de sofrer. É quanto a esse objetivo que se torna possível dizer que a interpretação psicanalítica não se configura como uma pura hermenêutica (que de maneira simples pode ser definida como uma tentativa de esgotar as possibilidades de sentido de algo através de interpretações). Isso fica claro quando Freud diz que “a interpretação de sonhos não deve ser perseguida no tratamento analítico como arte pela arte, mas que seu manejo deve submeter-se àquelas regras técnicas que orientam a direção do tratamento como um todo”. (Freud, 1996[1911], p.104)

Um artigo de James Strachey datado de 1933 se tornou clássico em psicanálise justamente por marcar a especificidade da interpretação psicanalítica como sendo sua potência em provocar mudanças – *interpretação mutativa*.² O interesse neste artigo em especial se deve à grande ênfase dada ao trabalho de interpretação como instrumento de mudança.

Como sugere o artigo, a ação terapêutica da psicanálise se dá pela interpretação. Mas como definir a ação que a interpretação realiza? Acompanhemos o raciocínio do autor³.

² O título do artigo é *The Nature of the Therapeutic Action of Psychoanalysis*, publicado no J. Psycho-Anal. (1969) 50, 275-291.

³ No decorrer do artigo nos deparamos com alguns usos dos conceitos psicanalíticos que soam como uma perspectiva de cunho desenvolvimentista do autor. Não é nosso interesse aqui defender ou criticar tal postura, mas apenas acompanhar seu pensamento quanto à caracterização da interpretação mutativa.

Segundo Strachey, a clínica psicanalítica procura trabalhar sobre a resistência do paciente, na tentativa de livrá-lo da mesma. Mas como isso pode ser feito em termos práticos? Uma das tentativas poderia ser a indução ou convencimento do paciente a abandonar suas resistências em prol de sua melhora. Tal estratégia poderia ter algum êxito no início do tratamento, pois teria como aliada a vontade de melhora do paciente; no entanto, esta tentativa mostra sua inadequação bastante cedo, e o motivo é que a resistência é inconsciente. O trabalho sobre a resistência se torna possível através da transferência e, além disso, ela própria é passível de análise.

Na transferência, a libido do paciente se concentra cada vez mais na relação com o analista e assim, conflitos da vida do paciente podem ser revividos e novas soluções podem ser tomadas; soluções não mais guiadas pelo método primitivo e inadaptável ditado pela repressão, mas em maior contato com a realidade.

Para Strachey, uma das maneiras de teorizar a mudança que se quer alcançar pode ser sumarizada da seguinte forma: conseguir com que o ego do paciente se reconcilie com sua libido, obtendo com isso pelo menos um certo grau de satisfação. Para isso, é preciso que haja alterações no psiquismo do paciente, que podem ser obtidas em consequência da ação da análise sobre o mesmo; a arma privilegiada com a qual o analista conta para tal fim é a interpretação.

O autor considera que a parte do psiquismo especialmente sujeita à influência do analista é o superego e como este é o principal responsável pela manutenção da repressão e da resistência, torna-se um dos alvos primordiais da ação terapêutica. A situação analítica se configura como um contexto favorável às alterações almejadas, pois envolve uma relação complexa entre duas pessoas, da qual Strachey destaca duas características: o paciente em análise tende a direcionar suas pulsões do id à figura do analista e, em segundo lugar, tende a colocar o analista no papel de um substituto de seu próprio superego. O paciente toma o analista como um “superego auxiliar”, segundo a denominação dada pelo autor.

Diferentemente do que ocorre em sua vida cotidiana, na qual repete padrões de comportamento ditados pela repressão, o paciente em análise terá oportunidade para criar uma situação diferente. Agora, devido às peculiaridades da situação analítica e pelas atitudes do analista, o paciente tende a introjetar a imago do analista como uma parte separada do resto de seu superego. Uma importante característica do “superego auxiliar” é que seus conselhos ao ego são baseados em considerações reais e contemporâneas e isto serve para diferenciá-lo do superego original. Esta separação torna-se evidente nos estágios iniciais do tratamento, estando conectada à regra fundamental da livre associação; é como se o novo “pedaço” de superego permitisse ao paciente dizer tudo o que lhe vem à cabeça. Mas esta posição satisfatória não perdura por muito tempo; logo ocorre um conflito entre o novo “pedaço” e o restante do superego.

Embora a autoridade deste “novo” superego seja limitada, esta relação peculiar entre analista e paciente parece colocar o primeiro numa posição privilegiada de atuação, que se dá basicamente pela interpretação. A interpretação tem, como confessa Strachey, muitas das qualidades de uma arma mágica e poderosa, fato que é sentido e percebido não só pelos analistas, mas também pelos pacientes.

O autor aponta que nos deparamos em psicanálise com diferentes usos da palavra interpretação e por isso pretende destacar um tipo especial de interpretação, aquela que realmente provoca efeitos e mudanças no paciente, e por conveniência a batiza de *interpretação mutativa*. Na terminologia utilizada pelo autor, ela é mutativa quando produz uma brecha no círculo vicioso neurótico, que o mantinha preso a um estágio infantil de desenvolvimento, permitindo, desta forma, que continue seu progresso.

A interpretação mutativa deve ser governada por pequenas doses; as mudanças são resultantes de uma síntese de pequenos passos, cada qual correspondendo a uma interpretação mutativa. A justificativa dada por Strachey para esse princípio é que o senso de realidade do paciente possui um limite estreito. A fraqueza de seu ego deixa-o à mercê de seu superego, fazendo com que o paciente tenha que lidar com a realidade em doses mínimas. Estas doses, a análise vai lhe proporcionando pelas interpretações. No entanto, é impossível delimitar uma “dosagem” ideal; não há receita para isso, pois vai depender da especificidade de cada caso. Contudo, é essencial o próprio analista ter condições de “manusear” o material que vem à tona por suas interpretações. Strachey lembra um dos artigos de Reich no qual este faz uma interessante analogia deste caso com o de um arqueólogo que, se for incompetente, afoito e desajeitado, pode obliterar a possibilidade de reconstrução da história de uma importante cidade.

Strachey apresenta uma outra dificuldade enfrentada pelos analistas: não saber quando chegou o momento de fazer uma interpretação; por isso, diz ele, eles muitas vezes são tentados a fazer outras coisas como perguntas, conselhos, discursos sobre teoria ou dar interpretações ambíguas e inexatas. Tal dificuldade pode ser explicada pela impossibilidade de delimitar previamente se uma interpretação será frutífera ou não, assim como não há como saber se o momento é certo ou não. Por mais experiência que tenha o analista, ele está sujeito a cair em algumas “ciladas”, contudo, isso só poderá ser avaliado *após* a interpretação ter sido feita, como estamos ressaltando em nosso trabalho.

Algumas características peculiares à interpretação mutativa a aproxima em alguns pontos da leitura que estamos valorizando do conceito de interpretação. Ela deve ser *emocionalmente imediata*, ou seja, deve se referir a um conteúdo atual, presente transferencialmente. Nem toda interpretação é mutativa, assim como nem toda fala é ato.

A psicanálise nos oferece, com relação à concepção austiniana dos atos de fala, novos meios de distinguir falas que são verdadeiramente atos de fala das que não o são. As falas reprodutivas de um saber estabelecido, falas egóicas que evidenciam a identificação com o poder, não poderiam ser consideradas como verdadeiros atos de fala. A criação de algo novo através da fala depende do ato de verdadeiramente tomar a palavra. (Rudge, 1998, p.138)

Por último, é preciso que fique claro que as mudanças dinâmicas na mente do paciente possibilitadas pela interpretação mutativa só são possíveis em sintonia ao trabalho do próprio paciente. O material trazido por este é material vivo, que por si mesmo adquire movimento desde que lhe seja dada oportunidade. Esta oportunidade é propiciada de forma privilegiada (mas não exclusiva) pela situação analítica.

5.5

A interpretação como um ato de fala

Nosso próximo passo é relacionar a fala que está em jogo na situação analítica, tendo em mente todos os seus elementos específicos, com a concepção de linguagem que nos parece se adequar a ela. Vamos partir, então, das seguintes indagações levantadas por Rudge:

O quanto a lingüística estrutural, que toma como seu objeto a língua, abstração que desconsidera o sujeito falante e a referência, pode esclarecer ou dificultar a teorização da interpretação psicanalítica, que é a fala de um sujeito em um campo intersubjetivo, visando o desejo inconsciente que está presente neste campo? (...) Que concepção de linguagem dá conta de uma fala que provoca, a partir de seu sentido, esse efeito no analista de deixá-lo surpreendido e vacilante, e que o remete para a possibilidade da interpretação? Isso por colocá-lo num lugar em que ele não estava situado anteriormente? (Rudge, 1990, p.113-114)

Para a linguagem implicada na psicanálise a teoria austiniana dos atos de fala oferece elementos valiosos. O que Austin propõe é uma forma diferenciada de conceber a relação da linguagem com o real: não de descrição ou conhecimento, mas de ação sobre o real, isto é, seu interesse se volta para a performatividade da linguagem enquanto ato. O deslocamento que ele empreende do aspecto locucionário para o aspecto ilocucionário do ato de fala, residindo aí sua idéia de força, o aproxima da psicanálise, pois abre espaço para a inserção do desejo implicado no ato de fala.

Acompanhamos no primeiro capítulo deste trabalho todas as características destes atos definidos por Austin, e vimos que o ilocucionário (que comporta a dimensão eminentemente performativa da fala) não obedece a um propósito previamente definido. Da mesma forma, as interpretações e construções do analista, só podem ser avaliados por seus efeitos, seus resultados, pelas transformações que produzem. Talvez resida aí a dificuldade em caracterizá-lo, já que não há um caminho definido para alcançá-lo e por ser um performativo não pode ser reproduzido. O performativo é sempre relativo a seu contexto de enunciação, estando atrelado a um determinado campo intersubjetivo e, por esse motivo, não pode ser repetido.

O performativo é ato de autoridade, só pode se efetuar se o enunciador tem o poder de fazê-lo, e é único e datado, porque cria um acontecimento. Não pode, portanto, ser reproduzido. Quando ocorre de novo, é um novo ato. Sua propriedade singular é, portanto, a de ser sui-referencial, porque sua referência é a própria realidade que ele constitui, enquanto ato. (Rudge, 1998, p.97)

Da mesma forma, uma interpretação feita pelo analista só poderá ser avaliada *a posteriori*, não porque o analisando concorde ou discorde dela, mas pelos efeitos de transformação do campo transferencial que ela venha a promover, fazendo emergir novas significações. É justamente isto que Freud esclarece em “Construções em Análise”, de 1937, texto em que percebemos uma postura eminentemente pragmática do autor, valendo a pena dedicarmos maior atenção a ele.

Freud inicia o texto comentando uma crítica feita por um “homem de ciência” o qual não foi identificado no artigo, que dizia que em psicanálise quando o paciente concorda com uma interpretação, o analista a toma como correta; quando o paciente se opõe a ela atribui-se a oposição à resistência e o analista continua estando certo.

Freud mostra que, realmente, em psicanálise um ‘não’ de um paciente como resposta não é suficiente para nos fazer abandonar uma interpretação como sendo incorreta; mas isso não porque o analista é aquele que sempre está com a razão, como supõe a crítica acima, mas porque o ‘sim’ ou o ‘não’ dos pacientes durante o tratamento analítico, isto é, sua expressão de concordância ou de negação, apresentam uma característica especial: eles são ambíguos, podendo ter vários significados diferentes. Por exemplo, um ‘sim’ pode significar “que ele reconhece a correção da construção que lhe foi apresentada, mas pode também não ter sentido ou mesmo merecer ser descrito como ‘hipócrito’”. (Freud, 1996[1937], p.280) O ‘não’ da mesma forma, dificilmente trata-se de uma discordância legítima; na maioria das vezes ele expressa uma resistência. Por isso, “é verdade que não aceitamos o ‘não’ de uma pessoa em análise por seu valor nominal; tampouco, porém, permitimos que seu sim seja aceito”. (Freud, 1996[1937], p.280) Freud sabia bem que seria ingênuo e ineficiente se prender ao valor nominal (que corresponde ao aspecto locucionário do ato de fala) do que é trazido por uma pessoa em análise.

A análise “visa a induzir o paciente a abandonar as repressões (...) e a substituí-las por reações de um tipo que corresponda a uma condição psiquicamente madura”. (Freud, 1996[1937], p.275) O analisando, seguindo a direção dada pelo analista que o induz a recordar algo que foi por ele experimentado e esquecido, fornece a este como material fragmentos de sonhos, lapsos, associações, repetições, tudo isso permeado na relação transferencial. Neste caso, qual é a tarefa do analista durante este trabalho?

Sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*. A ocasião e o modo como transmite suas construções à pessoa que está sendo analisada, bem como as explicações com que as faz acompanhar, constituem o vínculo entre as duas partes do trabalho de análise, entre seu próprio papel e o do paciente”. (Freud, 1996[1937], p.276 – grifos no original)

Uma intervenção não precisa ser necessariamente uma frase dita pelo analista; pode ser um determinado tom de voz, ou até mesmo um certo gesto que num momento específico da análise assume o valor de uma interpretação. Freud deixa isso bem claro ao chamar a atenção para a ocasião e o modo como o analista

transmite suas construções, mas já havia atentado para isso muito mais cedo, como podemos perceber em uma passagem de seu livro sobre os atos falhos.

No capítulo dedicado ao esquecimento de nomes e seqüências de palavras, para investigar os motivos de esquecimento de seqüências de palavras na própria língua, Freud descreve uma situação na qual conversava com um amigo e resolveram fazer um teste. O amigo se ofereceu como “cobaia” e se propôs a reproduzir um poema de Goethe (“A Noiva do Corinto”), do qual gostava muito e que acreditava saber algumas estrofes de cor. Ao recitá-lo, no entanto, ele modificou alguns trechos do poema. Freud faz uma pergunta, levantando uma hipótese sobre o motivo que teria levado às modificações, mas pela resposta do amigo o conteúdo de sua suposição estava errado. A pergunta de Freud era se existia também na vida desse amigo diferenças de credo religioso entre ele e uma mulher que almejava se casar, como aquelas que desempenhavam um importante papel no poema. O amigo, contrariado, murmurou um trecho posterior do poema: “Olhe bem para ela! Amanhã estará grisalha.” (Freud, 1996[1901], p.35) e acrescentou que esta mulher era um pouco mais velha que ele. Daí, Freud conclui: “Errei na suposição, mas foi curioso observar como uma única pergunta bem dirigida deu-lhe uma súbita perspicácia, de modo que ele pôde dar como resposta algo de que certamente não tinha conhecimento até então”. (Freud, 1996[1901], p.35)

Transpondo o que se passa nesta conversa para a situação analítica, podemos inferir que nem sempre o conteúdo de uma interpretação precisa ser certo. Muitas vezes uma interpretação é eficaz por sua forma, ou seja, sua força ilocucionária. Uma ordem dada no momento certo, ou uma dúvida que é colocada ou ainda uma certa ironia das palavras do analista, muitas vezes são mais eficazes, provocam mais o paciente, do que uma longa exposição teórica sobre algum conteúdo que surja na análise.

Voltemos ao texto de 1937. Utilizando-se mais uma vez da analogia sempre recorrente em seus escritos do trabalho do arqueólogo e do analista, Freud aponta que a principal diferença entre eles é que para o primeiro, a reconstrução de algo é seu objetivo final, enquanto para o analista a construção é apenas um trabalho preliminar. Mas acrescenta que ser preliminar não quer dizer que ela tenha que ser concluída para que uma outra venha à tona, “o analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira a que possa agir sobre ele” (Freud, 1996[1937], p.279), ou seja, o objetivo principal da construção é provocar efeitos no paciente.

Freud considera que o fato de falarem pouco nas ‘construções’ em análise é porque, em troca, fala-se nas ‘interpretações’ e seus efeitos, e faz um certo contraponto entre as duas:

Mas acho que ‘construção’ é de longe a descrição mais apropriada. ‘Interpretação’ aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação ou uma parapraxia. Trata-se de uma ‘construção’, porém, quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu. (Freud, 1996[1937], p.279)

Ao falar sobre a garantia que o analista possa ter quanto à “correção” de sua construção, Freud afirma que *a priori*, ele não pode ter certeza alguma. No entanto, nenhum dano é causado quando uma construção é “errada”; é apenas perda de tempo, pois, uma construção deste tipo não causará nenhum efeito no analisando. O analista aguardará então a próxima oportunidade, quando surgir um novo material que o permitirá, segundo palavras do próprio Freud, fazer uma “construção melhor”. (Freud, 1996[1937], p.280) Não parece ser à toa que Freud usa o termo ‘melhor’ ao invés de ‘correta’.

Portanto, será pelas reações do paciente após a construção que o analista poderá fazer inferências quanto sua eficácia, isto é, só *a posteriori* poderá ser avaliada.

Só o curso ulterior da análise nos capacita a decidir se nossas construções são *corretas ou inúteis*. Não pretendemos que uma construção individual seja algo mais do que uma conjectura que aguarde exame, confirmação ou rejeição. (Freud, 1996[1937], p.283 – grifos nossos)

Desta passagem podemos inferir que Freud considera que uma construção correta é aquela que é útil. Útil, provavelmente, no sentido de ser capaz de produzir movimento psíquico e assim, gerar mudanças subjetivas significativas. A nosso ver, esse critério de avaliação das construções se assemelha, como dissemos anteriormente, ao critério de felicidade/infelicidade proposto por Austin. Assim, uma intervenção do analista é feliz, quando produz uma mudança, quando instaura algo novo, que venha a contribuir com o processo de análise.

Como definir, portanto, o que se passa numa situação analítica sem cairmos num reducionismo já que é indissociável do que ocorre na prática entre analista e analisando? Certamente não é uma tarefa fácil, mas podemos buscar auxílio em Freud. Na primeira de suas “Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise” ao tentar definir de maneira simples em que consistia o tratamento psicanalítico ele diz: “a *conversação* em que consiste o tratamento psicanalítico não admite ouvinte algum; não pode ser demonstrada”. (Freud, 1996[1915],p.27 – grifos nossos) Freud diz que mesmo que um paciente seja apresentado em uma conferência e exponha suas queixas e sintomas, o máximo que estará fazendo é uma *descrição* dos mesmos. “As informações que uma análise requer serão dadas pelo paciente somente com a condição de que ele tenha uma ligação emocional especial com seu médico”. (Freud, 1996[1915],p.27)

A partir dessa passagem e de todas as especificidades da psicanálise que ressaltamos até aqui, podemos apresentar a definição mais abrangente possível a que chegamos quanto ao que consiste a situação analítica: trata-se de uma forma especial de conversação, na qual os atos de fala (tanto do analista quanto do analisando) assumem toda sua força, propiciando a emergência de novas significações e conseqüentemente provocando mudanças (desejadas ou até mesmo inesperadas).

Mais uma vez é possível reforçar essa idéia com colocações do próprio Freud:

Nada acontece em um tratamento psicanalítico além de *um intercâmbio de palavras entre o paciente e o analista*. O paciente conversa, fala de suas experiências passadas e de suas impressões atuais, queixa-se, reconhece seus desejos e seus impulsos emocionais. O médico escuta, procura orientar os processos de pensamento do paciente, exorta, dirige sua atenção em certas direções, dá-lhe explicações e observa as reações de compreensão ou rejeição que ele, analista, suscita no paciente. (Freud, 1996[1915],p.27 – grifos nossos)

Como conceituar a interpretação? Se quiséssemos retirar deste trecho uma conceituação para interpretação, não teríamos uma definição, mas várias. Isto porque em psicanálise não podemos nos referir ao verbo *interpretar* de forma isolada, pois ele pode assumir diversas facetas ao longo da análise de acordo com a relação intersubjetiva em jogo, assim como do momento da análise. Por esse motivo, se tentássemos examinar o ato de interpretar frente às famílias de forças ilocucionárias definidas por Austin perceberíamos que não teria como enquadrá-lo em uma única apenas. Em psicanálise o verbo *interpretar* pode perpassar todas essas famílias, por vezes tendo a força de um compromisso (se configurando como um ato comissivo); outras vezes tendo a força de uma pergunta ou afirmação (ato expositivo); em alguns momentos se expressando como uma ordem (ato exercitativo) etc.

Uma coisa, porém, pode ser dita: na clínica psicanalítica o aspecto ilocucionário do ato de fala destaca-se em relação aos demais – ele aponta para o que é realmente importante na análise, a saber, para o desejo inconsciente presente na relação transferencial.

Pensar na interpretação como ato de fala ou, dito de outro modo, numa interpretação a partir de uma perspectiva pragmática reuniria vários dos elementos apresentados até aqui: ela é feliz quando cria algo novo; quando é capaz de provocar mudanças na relação analista/analizando, assim como provocar mudanças subjetivas no próprio analisando; ela é sempre vinculada ao contexto em que está sendo formulada; sua avaliação (se foi uma boa, ou se foi útil) só pode ser realizada *a posteriori*; sua força ilocucionária destaca-se em relação aos aspectos locucionários ou perlocucionários da fala, porque é atentando para essa força presente no campo transferencial, que o analista poderá vir a forjar uma interpretação mutativa.

6

Considerações Finais

Mais do que concluir teceremos aqui algumas considerações a respeito de tudo que foi dito. Qual o valor da leitura que empreendemos da psicanálise à luz da teoria dos atos de fala de Austin? Longe de tentar estabelecer alguma verdade a leitura que aqui desenvolvemos terá sido válida se tiver sido capaz de despertar interesse e provocar novas questões, não só em mim, mas também nos leitores. De nossa parte, foi o que aconteceu. A partir do aprofundamento teórico que se fez necessário tanto nos estudos da linguagem quanto na psicanálise, novos horizontes de investigação se abriram, despertando assim o desejo de prosseguir rumo a projetos futuros.

A nosso ver, a obra freudiana se aproxima da pragmática por diferentes vias. Apontaremos aqui algumas delas: o uso que Freud faz da linguagem cotidiana como ponto de partida de suas investigações; o fato de todas suas teorizações acerca do psiquismo partirem de sua prática clínica e não serem frutos apenas de especulações teóricas; a ênfase ao dado sentido como marca do psiquismo, mas um sentido sempre entendido como dinâmico, submetido ao papel desempenhado pelas palavras na sua produção – onde melhor se localiza a dimensão de mudança necessária à clínica.

É por tudo isso que pensar a fala envolvida na psicanálise articulando-a à teoria austiniana nos ajuda a esclarecer o que se passa na clínica. Pelo ponto de vista da fala do analisando essa articulação nos ajuda a entender que na associação livre não há uma alteração interna do sujeito que se submete a ela, de modo que a partir daí ele passa “entender melhor” as coisas; o que muda é o contexto e como efeito desta mudança outras poderão advir, provocando mudanças subjetivas significativas. No caso da interpretação de sonhos, por exemplo, a técnica da associação livre faz o sonho aparecer no discurso comum, cotidiano, ou seja, o faz aparecer em um outro contexto, permitindo a atribuição de um sentido a ele.

Já analisando a fala do analista no momento da interpretação, essa articulação nos ajuda a entender que a interpretação não é previamente fabricada e aplicada ao analisando, mas que se produz no jogo estabelecido entre os dois sujeitos envolvidos (falante e ouvinte) onde os dois têm participação ativa. A interpretação, como todo ato de fala, é capaz de produzir transformações na

relação que se estabelece na clínica. Os sujeitos envolvidos são os mesmos, mas sempre assumindo diferentes papéis no campo transferencial. Um belo exemplo fornecido por Deleuze (1995) vale a pena ser contado: num seqüestro de avião, a transformação dos passageiros em reféns e do avião em prisão é uma transformação incorpórea fruto da relação instantânea dos enunciados performativos com as transformações que produzem. São transformações deste tipo que acreditamos permear a clínica psicanalítica, transformações essas que muitas vezes vêm a contribuir com o objetivo do tratamento.

Tentamos mostrar durante o texto que a concepção da fala enquanto ato, projeto de Austin, representa um rompimento com a teoria clássica calcada no significado. O que não significa, evidentemente, um abandono do significado, mas uma mudança de perspectiva em relação a ele: o significado deve ser considerado a partir da dimensão de ato inerente à fala. Na clínica psicanalítica encontramos um reduto onde se pode perceber na prática e de forma clara esta característica da linguagem humana: nela a fala assume todo seu poder de ato, sendo este o modo pelo qual as mudanças se produzem. O significado (ou sentido) do que é dito neste contexto deve ser avaliado a partir de sua dimensão de ato.

São essas algumas questões que abordamos ao longo do texto e que nos moveram durante a confecção desta dissertação. No entanto, muitas outras se abriram, de forma semelhante ao que acontece na clínica a partir do trabalho de interpretação.

O gosto pela produção acadêmica foi despertado, restando uma vontade de continuar.

Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, S. **A Impostura Perversa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- AUSTIN, J.L. **Philosophical Papers**. London, Oxford, New York: Oxford University, 1970.
- _____. **Quando Dizer é Fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BERENDONK, E. & RUDGE, A. O fenômeno da drogadição em suas relações com a perversão, 2002.
- BIRMAN, J. **Freud e a Interpretação Psicanalítica**: a constituição da psicanálise. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1991.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo, SP: editora 34, 1995.
- DUCROT, O. **Princípios de Semântica**. São Paulo: Cultrix, 1977
- FELMAN, S. **Le Scandale du Corps Parlant – Don Juan avec Austin ou la seduction en deux langues**. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- FORRESTER, J. **Seduções da Psicanálise – Freud, Lacan e Derrida**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade** volume 1 – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. Psicologia de 1850 a 1950. In **Dits et Ecrits**, vol.I p. 120-137. Paris, Editions Gallimard, 1994.
- _____. **Um diálogo sobre os Prazeres do Sexo; Nietzsche, Freud, Marx; Theatrum Philosophicum**. São Paulo, SP: Landy, 2000 [1975]
- FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago, 1996:
- _____. Artigos Sobre hipnotismo e sugestão (1888-1892) vol. I.
- _____. Tratamento Psíquico (ou Anímico) (1905[1891]) vol. VII.
- _____. Estudos Sobre Histeria (1893-1895) vol.II.
- _____. Novas Observações sobre as Neuropsicoses de Defesa(1896) vol. III.
- _____. A Etiologia da Histeria (1896) vol. III.
- _____. Carta 52 (1896) vol. I.

- _____ Carta 69 (1897) vol. I.
- _____ Lembranças Encobridoras (1899) vol.III.
- _____ A Interpretação dos Sonhos (1900) vol. IV e V.
- _____ Psicopatologia da Vida Cotidiana (1901) vol. VI.
- _____ Análise de uma Fobia de um Menino de Cinco Anos (1909) vol. X.
- _____ Artigos sobre Técnica (1911-1915) vol. XII.
- _____ O Inconsciente (1915) vol. XIV.
- _____ Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (1915-1917) vol. XV e XVI.
- _____ O Ego e o Id (1923) vol. XIX.
- _____ Construções em Análise (1937) vol. XXIII.
- _____ Esboço de Psicanálise (1940) XXIII.

GARCIA-ROZA, L. A. **O Mal Radical em Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

_____ **Introdução à Metapsicologia Freudiana**. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 10: A angústia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1962-1963. (impressão 1995).

_____ **O Seminário, Livro 15: O Ato Psicanalítico**. 1967-1968.

MAJOR, R. Linguagem da Perversão ou Perversão da Linguagem ou a Imagem do Inaudito. In **Sexualidade Perversa**. (cidade): Editora Veja, 1980.

MARCONDES, D. **Desfazendo mitos sobre a pragmática**. Em **Alceu** – v.I – n.I. Jul/Dez 2000.

_____ **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____ (Org.) **Significado, Verdade e Ação**. Niterói, UFF-EDUFF, 1986.

MEZAN, R. **A vingança da esfinge**: ensaios de psicanálise. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____ **Freud: A Trama dos Conceitos**. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 1998.

MCDUGALL, J. Cena Primitiva e Intriga Perversa. In **Sexualidade Perversa**. (cidade): Editora Veja, 1980.

MOLIÈRE, **Don Juan** O Convidado de Pedra. Tradução e Adaptação de Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 2002.

OTTONI, P. **Visão Performativa da Linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

PLASTINO, C.A., BEZERRA, B. (Orgs.) **Corpo, Afeto e Linguagem**. Rio de Janeiro: Marca D'água Livraria Editora, 2001.

PREU, R. **Um estudo sobre a relação ato-linguagem em algumas teorias**

contemporâneas da subjetividade. Ano, 2001, Dissertação de Mestrado – Mestrado em Psicologia na UFF.

RÉCANATI, F. La Transparence et l'énonciation. Pour Introduire à la Pragmatique. p. 15-28. Paris: Seuil, 1979.

Revista Tempo Psicanalítico, SPID (Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle), volume 24, Rio de Janeiro – novembro de 1990.

RUDGE, A. M. **Pulsão e Linguagem**: Esboço de uma Concepção Psicanalítica do Ato. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

STRACHEY, J. The nature of the therapeutic action of psychoanalysis. J. Psycho-Anal. (1969) 50, 275-291.